

APRESENTAÇÃO

A revista *Crítica e Sociedade* oferece nesta edição artigos que são frutos de pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras e retratam de alguma forma a resiliência de nossos/as pesquisadores/as em manter viva a pesquisa científica em tempos tão difíceis para a Ciência e o Conhecimento no Brasil.

Abrimos essa edição com o artigo, “*Dentro da Malhadinha*”: *a circulação de produtos alimentares na comunidade remanescente quilombola*, Daniella Santos Alves que nos apresenta reflexões sobre suas inserções etnográficas na comunidade remanescente quilombola Malhadinha, situada no município de Brejinho de Nazaré, no estado do Tocantins e nos propõem um exercício interpretativo a partir das categorias e conceitos construídos pela antropóloga, Nancy Munn em seu livro “*The Fame of Gawa*”. Ao considerar que Munn tem como objetivo construir um modelo mais geral das práticas simbólicas na antropologia, Alves entende que esses mesmos conceitos possam iluminar outros contextos etnográficos e nos disponibiliza uma análise com as categorias: doações, reconhecimento e valores, retiradas dos dados etnográficos da Malhadinha, relacionando-as com as categorias de Munn: atos e práticas, transformação de valores e construção de espaços-tempo intersubjetivos.

Gabriela Gonçalves Junqueira, no artigo, *Documentos históricos e arqueológicos como locus de investigação, poder e representação*, incentiva-nos a refletir acerca da presença do poder e da política de interesses que rondam documentos históricos e arqueológicos. Como base em relato de documentação histórica e de narrativas derivadas de suas leituras, busca identificar como o poder se manifesta na escrita, a partir da História. Concomitantemente, problematiza o cenário de institucionalização da Arqueologia para entender suas influências e como ainda hoje, um espectro descritivo e tecnicista usado como aparato teórico-metodológico atua em prol de identificar e imobilizar povos produtores de suas materialidades. Sendo assim, as reflexões apontam para uma compreensão antropológica e reflexiva acerca desses povos, em específico os Jê meridionais, para que seja possível superar esses discursos e narrativas marcadas pelo poder.

O artigo, *O novo sindicalismo entre o antiestatismo e a regulação da economia: qual perspectiva (1978-1994)?*, de Gustavo Antônio das Neves Bezerra, interroga duplamente o período de ascensão do Novo Sindicalismo. Em primeiro lugar, inquire qual seria a melhor maneira de definir o seu projeto societário primevo. A segunda interrogação remete a reação do Novo Sindicalismo frente a

realidade política da primeira metade da década de 1990. Nas palavras do autor, “o sentido de uma vez mais pesquisar o Novo Sindicalismo vem das próprias batalhas recentes em torno da memória do processo de redemocratização no Brasil, que têm trazido interpretações tão novas quanto deformadoras sobre o tema. Isso significa, em todo caso, que as avaliações sobre o destino dessa floração sindical seguem rachando o debate público brasileiro.”

Finaliza a edição o artigo, *Atuação Governamental, crescimento econômico e proteção social: análise do estado do Ceará (2000-2015)* dos autores Márcio Kleber Moraes Pessoa e João Bosco Feitosa dos Santos. Tem por objetivo compreender o impacto da atuação governamental do estado do Ceará em relação às políticas de fomento à economia, principalmente a prática da Renúncia de receita, sobre a proteção social dos cidadãos. Para tanto, analisam a aplicação de recursos em políticas de saúde e de educação. Tendo como objetivos específicos: mensurar se os objetivos do Governo do Estado acerca da Renúncia de Receita e do desenvolvimento industrial foram alcançados; refletir sobre a evolução dos ganhos de capital e dos ganhos de renda no estado do Ceará; analisar a execução orçamentária das secretarias de educação e de saúde do governo do Estado do Ceará no período de 2006 a 2015; e traçar aproximações e distanciamentos entre o conceito de “expulsões”, de Saskia Sassen, e o caso estudado.

Agradecemos a todos que possibilitaram a concretização desta publicação, autores e autoras, bem como aos solícitos pareceristas.

Conselho Editorial

**“DENTRO DA MALHADINHA”:
A CIRCULAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES NA COMUNIDADE
REMANESCENTE QUILOMBOLA – TO**

**“INSIDE THE “MALHADINHA””:
THE CIRCULATION OF FOOD PRODUCTS IN THE REMAINING
QUILOMBOLA COMMUNITY – TO**

Daniella Santos Alves ¹

Resumo

O presente artigo é fruto de uma primeira imersão na comunidade remanescente quilombola Malhadinha da qual faz parte da minha pesquisa de doutorado. A comunidade situa-se no município de Brejinho de Nazaré no estado do Tocantins – TO, fica a 100km de distância de Palmas – capital –, 25km da cidade de Porto Nacional e 35km de Brejinho de Nazaré. Através das discussões de Nancy Munn no seu clássico livro “*The Fame of Gawa*” proponho um exercício interpretativo a partir das categorias e conceitos construídos pela antropóloga em seu trabalho de campo em Gawa – região de Massim na Papua Nova Guiné com os dados colhidos na Malhadinha. Considerando que a autora tem como objetivo construir um modelo mais geral das práticas simbólicas na antropologia, logo é razoável supor que esses mesmos conceitos possam iluminar outros contextos etnográficos. Assim, pretendo realizar uma reflexão com as categorias: doações, reconhecimento e valores retirados dos dados etnográficos da Malhadinha relacionando com as categorias de Munn: atos e práticas, transformação de valores e construção de espaços-tempo intersubjetivos.

Palavras chave: Remanescentes Quilombolas, Doações e valores.

Abstract

This article is the result of a first immersion in the remaining Malhadinha quilombola community, which is part of my doctoral research. The community is located in the county of Brejinho de Nazaré in the state of Tocantins - TO, 100km away from Palmas (capital of Tocantins), 25km away from Porto Nacional and 35km away from Brejinho de Nazaré. Through the discussions of Nancy Munn in her classic book "The Fame of Gawa" I propose an interpretative exercise from the categories and concepts constructed by the anthropologist in her fieldwork in Gawa - Massim region in Papua New Guinea with the data collected in Malhadinha. Considering that the author aims to construct a more general model of symbolic practices in anthropology, it is, therefore, reasonable to suppose that these same concepts may illuminate other

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos – PPGAS/UFSCar

ethnographic contexts. Thereby, I intend to reflect on the categories: donations, recognition and values taken from the ethnographic data from Malhadinha and relate that to the categories of Munn: acts and practices, transformation of values and construction of intersubjective spacetime.

Keywords: Quilombola Remnants, Donations and Values.

Introdução

O presente trabalho é fruto de uma primeira imersão realizada na comunidade remanescente de quilombo Malhadinha situada na zona rural da divisa dos municípios de Brejinho de Nazaré e Porto Nacional, no Estado do Tocantins – TO. A comunidade fica há 100km de distância de Palmas – capital – e 30km da cidade de Porto Nacional. Tanto em Palmas quanto em Porto Nacional se encontra os campos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E foi justamente dentro do campus de Porto Nacional que conheci a principal liderança do quilombo da malhadinha chamada Luciene Andrade². O encontro se deu no início de 2019 por intermédio de um amigo, historiador e professor da UFT que ministra aulas a essa integrante e líder da Malhadinha. Após os primeiros diálogos e apresentações combinei com Luciene de conhecer a comunidade, durante o tempo que ficaria no Tocantins. O artigo, portanto, é fruto desse primeiro contato. Posteriormente o quilombo tornou-se o objeto de estudo da minha pesquisa de doutorado.³

A comunidade remanescente de quilombo Malhadinha ocupa uma área territorial de aproximadamente 200 alqueires de terra. O território é composto por aproximadamente 70 famílias rurais somando um total de 250 habitantes. O nome “Malhadinha”, segundo Luciene Andrade faz referência a um espaço onde se criava o gado solto e onde o gado dormia, a esse lugar dava-se o nome de “malhada do gado”. Este espaço era reconhecido pelos fazendeiros e vaqueiros quando iam procurar gado e aí já sabiam onde encontrar. A comunidade leva o nome de Malhadinha pelo fato de viverem nesse espaço, todavia, o nome da região é Fazenda São Felipe. Essa fazenda São Felipe em conjunto com outras comunidades quilombolas da região de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré compunham a localidade histórica do século XVIII designada como Arraial do Bom Jesus do Pontal, localidade da então região norte da província de Goiás. A malhadinha segundo os moradores da comunidade teve sua localização inicial perto da Serra do Pontal próximo aos “Adobe” – setor da comunidade.

² Todos os nomes citados no decorrer do artigo são fictícios como forma de preservar a identidade dos moradores da Comunidade.

³ Desde 2018 aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos – PPGAS/UFSCar.

Quanto a temporalidade do surgimento da Malhadinha os moradores mais antigos apontam para a chegada de escravos vindos da Bahia a partir da história de uma escrava “ferrada” do final do século XIX cujo nome era Ismênia. Ismênia teria se casado com um homem da região chamado Vitorino Araújo Dias e teve dois filhos, a saber, Donato e Emiliano. Donato “fundaria” o que eles designam como Barreiro e Emiliano o Morro Redondo. Grande parte dos moradores da Malhadinha hoje derivam de três grupos familiares: os Araújo Dias, Ribeiro de Souza e os Pinto Xavier.

A organização interna é dividida pelo o que os moradores apelidam de setores, dentre eles: Periquito, Papagaio, Morro Redondo, Vila Planalto, Sucupira, Banguê, Barreiro, Fontinha e Adobe. Cada setor é formado por familiares de primeiro grau e entre os setores por familiares de segundo, terceiro e quarto grau. A comunidade tem como principal forma de subsistência a agricultura familiar que é feita nos setores. Ali os produtos são produzidos, consumidos, trocados internamente e vendidos externamente. A qualidade desses alimentos são distintas, podendo ser grãos e cereais (arroz, milho, feijão) plantas e verduras (gergelim, amendoim, abóbora, quiabo) gramíneas (cana-de-açúcar), tubérculos (mandioca); frutas (Melancia, melão, cajá, buriti, murici, mangaba, baru, pequi, cagaita, cajuí, puçá, bacupari, curiola, banana, jenipapo); animais (galinha, porco e peixe) e produtos derivados (farinha, rapadura e polpa de fruta).

Essa organização interna da comunidade está baseada, a sua justa medida, na memória das práticas e ações dos seus antepassados. Isto é, todo o processo de produção, consumo e trocas⁴ dos alimentos respeitam de certa forma as regras e normas tradicionais que reiteradamente eles designam como “dentro malhadinha” e “fora da malhadinha”. Nesse duplo processo, ou melhor nessa dupla relação – “fora da malhadinha” e “dentro da malhadinha” – pude observar ações e práticas simbólicas distintas no que tange a construção de valores internos para as práticas de doações com os integrantes da comunidade e valores externos construídos para as relações “fora da malhadinha”. Essa dupla relação está baseada nos termos que os integrantes utilizam para denotar qual tipo de relação está sendo utilizada.

De imediato é possível observar pontos de tangencia e analogia com o livro da Nancy Mun “The Fame of Gawa” (1986).

⁴ O significado da palavra troca enquanto uma transferência mútua de bens entre pessoas num dado espaço é feita pela comunidade, mas sob outro vocábulo. A relação de trocas de alimentos é construída a partir da palavra doação. O ato de transferência é o mesmo, porém a palavra doação ecoa e brada aos ouvidos dos integrantes como um ato que não tenha qualquer objetivo vantajoso ou monetário.

Isso porque tal como em Gawa, nota-se nas relações inter-ilhas movimentos de expansão do espaço-tempo intersubjetivo através da circulação de elementos advindos do self/pessoa em direção à um outro que compartilha o mesmo campo de significação, na Malhadinha nota-se o mesmo a partir das relações que estabelecem com os diferentes “mundos”. Isto é, a circulação, doações e troca dos produtos com os setores acabam por ser baseada no princípio de solidariedade e reconhecimento, do não egoísmo e do compartilhamento. A sua justa medida, lembra a construção do valor positivo e a busca pela Fama como acentua Munn (1986) na rede de trocas do Kula. Logo, oferecer o alimento a um possível parceiro pode gerar potenciais alianças e visitas a outros espaços no futuro.

No caso da Malhadinha ser visto como um setor generoso e solidário aproxima da ideia de Munn da Fama, porém o termo utilizado pela comunidade é “ser reconhecido”. O mesmo processo acontece quando você não quer doar alimentos ou apenas quer ficar para seu consumo interno, é visto como algo ruim tendo em vista que a solidariedade é um ponto de partida do grupo desde tempos pretéritos. Isto posto, meu objetivo no presente artigo é traçar essas relações de circulações e doações dentro da comunidade a partir de uma analogia com o trabalho de Munn (1986). Assim, busco entender como se dá a construção dos valores dentro das suas práticas de trocas, especialmente, “dentro da malhadinha”, mas não esquecendo de pontuar as relações estabelecidas “fora da malhadinha”. Como rescaldo desse primeiro esforço analítico pretendo mostrar que esses atos acabaram por expandir as relações interpessoais e construir distintos espaço-tempo intersubjetivos. A metodologia utilizada foi a etnografia com a utilização do caderno de campo e entrevista com os moradores.

Delineando conceitos e revendo categorias: o quilombo

Segundo Márcia Amantino (2001) na legislação colonial ⁵ qualquer escravo fugido e resgatado longe dos povoados era considerado quilombola. E o conjunto de quatro negros fugidos como quilombo ou mocambo. Naquela conjuntura, o vocábulo “negro” já trazia em si mesmo a correlação com a condição servil, sendo referenciado, muitas vezes, como sinônimo de escravo (SCHWARTZ, 2003). Estes últimos, quando fugidos e contrários à condição servil, eram designados como quilombolas, e aos componentes dessas agremiações como negros aquilombados

⁵ Segundo Vainfas (2000), o período Colonial se estende de 1500 e termina em 1808. De fato, essa abrangência temporal não é o foco do trabalho, porém ao usar essa terminologia ou similares fazemos menção, tão somente, aos acontecimentos do século XVIII. Para mais informações, Cf.: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ou *calhambolas* – alcunha dada aos habitantes dos quilombos no século XVIII (RAMOS, 1996). Os quilombos se constituíam com a presença não única, mas, sobretudo, dos negros fugidos. Embora não integrasse a forma exclusiva de resistência contra a escravidão, a formação de quilombos foi a mais importante (RAMOS, 1996, GUIMARÃES, 2003).

Tais moradas localizavam-se, muitas vezes, perto das margens de rios, eram lugares propícios à produção e reprodução de sua cultura. Ali encontravam roças para plantio, peixes, frutas, hortaliças, enfim, condições basilares para subsistência (AMANTINO, 2001). Entretanto, essas moradas descritas com aparente parcimônia e tranquilidade, quando descobertas, eram atacadas e destruídas pela frente colonizadora. A ordem destinada se inscrevia num único raciocínio, morte em termos de resistência a captura e dizimação dos quilombos.

Em terras brasileiras, os redutos formados inicialmente por negros fugidos da escravidão ficaram conhecidos como mocambos e, depois, quilombos. Apesar de ambas as nomenclaturas estarem presentes no cotidiano colonial, não foram construídas em solo brasileiro. Os termos têm origem na parte central da África e se referiam a acampamentos improvisados em tempos de guerra ou enquanto morada de pessoas escravizadas. No século XVI, a palavra “quilombo” estava associada aos guerreiros imbangalas e seus rituais de iniciação, ao passo que “mocambo” fazia referência a paus de feira, cuja construção era essencial para edificar as choupanas nos acampamentos (FUNARI, 1995; GOMES, 2015). A justificativa sobre essa diferença vocabular se assenta na hipótese da relação cunhada, desde épocas pretéritas, entre a administração portuguesa e o contingente populacional africano.

Segundo Munanga (1995), a origem da palavra *kilombo* (em português, quilombo), remete às povoações da África que têm como expressão linguística o *bantu*. Dentre elas se encontram os grupos de Lunda, Luba, Ovimbundu, Mbundu, Kongo, Imbangala, entre outros que se dividem entre Angola e Zaire. Grande parte desses corpos sociais foram trasladados para o Brasil, sobretudo nos séculos XVI ao XVIII. Ademais, a origem dos quilombos remete a uma série de acontecimentos marcados por cisões políticas, conflitos de poderes, migrações e expansão territorial entre os povos que falam a língua *bantu* (MUNANGA, 1995). Os quilombos que se formaram por todo o perímetro brasileiro, sem dúvida, guarda grandes semelhanças com os de origem *bantu*, afinal, foi justamente esse grupo étnico que veio em larga medida compor a atmosfera setecentista implantando outra estrutura política no seu interior que não a escravocrata.

Atualmente o vocábulo remanescente utilizado para comunidades negras rurais que se autodefinem como quilombolas buscam resgatar e ressignificar a origem histórica dos quilombos bem como suas práticas ancestrais. Obviamente que esse resgate não parte de uma equivalência ou

continuidade da experiência histórica dos quilombos tal como aponta os incisos constitucionais do processo de reconhecimento e ratificação das comunidades negras rurais ou das chamadas terras de preto (BERNO DE ALMEIDA, 2002; O'DWYER, 2002). A revelia desses preceitos, a retomada de sua história ou de suas terras não deve estar baseada somente na busca por traços ancestrais, nem tampouco, como acentua Arruti (2001), tem o objetivo de buscar pequenas Áfricas. Se trata, pois, da construção de novas alteridades e sujeitos políticos.

Na teoria antropológica a fórmula remanescente passa a ser compreendida entre os anos 1970 e 1980. Inicialmente foram as remanescentes indígenas no Nordeste, ou melhor, a reivindicação dos povos indígenas por seus direitos tradicionais (OLIVEIRA FILHO, 1998; ARRUTI, 2001; 1997, 2006), e posteriormente os remanescentes quilombolas especialmente após as diretrizes da constituição de 1988, que possibilitou – perante a lei – aos remanescentes quilombolas a retomada de suas terras e o reconhecimento de suas identidades. A fórmula remanescentes é acionada como uma alternativa classificatória ao termo descendente. Isso pois, este último dispositivo está vinculado a ideia de lugar de origem, entretanto não implica que o sujeito dessa descendência seja efetivamente membro da categoria. Além disso, Arruti ainda aponta que na acepção antropológica a ideia de descendência deposita uma força maior no ancestral e tampouco no que descende. Diante disso, para se referir a esses grupos frutos de um processo histórico de etnogênese, o termo que melhor trabalha essa mediação é o remanescente (ARRUTI, 2006).

Atualmente, as comunidades remanescentes quilombolas são frutos de um extenso processo de contato que teve como consequência direta a conquista de suas terras. Assim, há comunidades oriundas dos primeiros quilombos vivendo em terras isoladas, há também terras como parte da herança de escravos forros, terras consagradas a partir da ocupação e cultivo dos grupos no interior de grandes propriedades; e por fim terras que foram compradas durante a vigência do sistema escravocrata (ANDRADE; ESTEVES; LIMA, 2010)

A titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas é feita pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O processo obedece a cinco passos principais. O primeiro relaciona-se a abertura do processo junto ao INCRA feito pelas entidades ou associações representativas quilombolas. Posteriormente o INCRA solicita um estudo da área no qual culmina com um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – que aborde informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas. Após a publicação do relatório emite-se um prazo para eventuais contestações para homologar ou não o processo. Este, quando homologado abre-

se a Portaria de reconhecimento do Território. Caso o território se encontre em áreas que não seja pública o INCRA abre o Decreto de Desapropriação por Interesse Social, para enfim emitir o título da terra.

A comunidade remanescente quilombola Malhadinha foi certificada pela fundação Cultural Pamares em 2005 ⁶e em 2012 foi aberto um processo de elaboração do RTID a cargo da associação positiva de Brasília. Com a realização do RTID constatou-se que a comunidade tem por direito uma extensão territorial de aproximadamente dois mil alqueires de terra. Entretanto, esse processo é de fato moroso e ainda nem se quer começou os procedimentos legais para que a mensurada extensão territorial fique em completo domínio dos integrantes da Malhadinha. Por isso, a comunidade atualmente vive em duzentos alqueires de terra e estão cercados de fazendas que, apesar de não demonstrarem insatisfação com o quilombo, se aliam aos interesses do agronegócio.

Os primeiros contatos: conhecendo a Malhadinha

Apesar da Malhadinha estar rodeada por essas extensões territoriais que tem como base econômica a pecuária bovina, internamente, na área que estão situados, vivem da agricultura familiar. Os produtos como grãos e cereais; plantas e verduras; gramíneas (cana-de-açúcar), tubérculos (mandioca); frutas (Melancia, melão, cajá, buriti, murici, mangaba, baru, pequi, cagaita, cajuí, puçá, bacupari, curiola, banana, jenipapo); animais (galinha, porco e peixe) e produtos derivados (farinha, rapadura e polpa de fruta), apesar de fazerem parte da economia local, não mantem uma produção contínua, depende das estações do ano. Segundo Luciene a produção é feita baseada num calendário anual conforme a época de plantação e colheita.

Abaixo encontra-se o calendário desses produtos feitos pelos moradores da Malhadinha em conjunto com a empresa de consultoria Concremat Ambiental.⁷

⁶ Norte do Brejinho de Nazaré 1703701 malhadinha 1.201 01420.002370/2005-16 30/09/2005 Certificada 5 450 58 2/2006 20/01/2006 54400.001307/2006-48

⁷ A Concremat Ambiental esteve na comunidade realizando oficinas com os moradores para mitigar um empreendimento que impactou a comunidade a partir da construção de torres de energia que perpassa o território

Plantação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mandioca	Limpar									Plantar		
										Colher		
Milho	plantar		Limpar				colher		Plantar			
Arroz	Colher							roçar	preparar	Plantar		
Feijão		Plantar				colher						
Cana-de-açúcar					Colher					Plantar	limpar	
Andú (feijão)								colher			plantar	
Abóbora	ano todo											
Quiabo	ano todo											
Amendoim		colher										Plantar
Gergilim	plantar				colher							
Melancia/Melão	ano todo											

Fruto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Cajá												
Buriti												
Murici												
Mangaba												
Baru												
Pequi												
Cagaita												
Cajuí												
Puçá												
Bacupari												
Curiola												
Banana												
Jeripapo												

Dentre esses produtos a banana, na forma de doce, se destaca nas trocas internas – dentro da malhadinha – e vendas externas – fora da malhadinha. As regiões que mais plantam essa fruta, segundo Luciene, é o Adobe e o Barreiro. Em minhas saídas com Luciene e Nilani – lideranças da comunidade – para outros setores era comum voltarmos com o porta malas do carro repleto de frutas e farinhas. Assim, grande parte das bananas que posteriormente viraram doces foram adquiridos numa dessas andanças pela Malhadinha. Apesar da grande maioria dos moradores viverem daquilo que produzem a contrapartida das doações de alimentos nem sempre é a troca imediata, ela pode vir a longo prazo e em momento inesperados: uma visita para o almoço já é uma forma de troca de algum outro produto doado. La no Morro Redondo onde reside essas

interlocutoras algo similar aconteceu. Estávamos almoçando e de súbito entra um rapaz com sacos de banana. Ele encostou as bananas no canto da sala e saiu em busca do almoço na cozinha.

Vale lembrar que apesar das moradoras do Morro Redondo pegarem bananas em outros setores há também uma produção interna, baseada em polpas de frutas como o buriti, cajá, acerola, murici e mangaba. Existe também um tanque de peixes, galinhas e porcos. Essas trocas segundo Nilani, beneficiam a comunidade como um todo seja para a manutenção de cada família como das relações de parentesco.

No Papagaio temos a presença marcante de galinhas, arroz e hortaliças. Esses produtos serão consumidos pelos moradores daquela região, mas que também serão doados nas relações setoriais. O arroz, por exemplo, é vendido no município de Brejinho de Nazaré, mas é doado para o Morro Redondo para compor a mesa do almoço. Nos dias em que estive lá pude acompanhar uma doação de galinhas para o setor do Periquito visto que teria a presença de visitantes na comunidade. O Periquito, por ser um setor central, acaba por receber os visitantes da Malhadinha. Ali você encontra roças de mandioca, milho, cacau e cana-de-açúcar. Estabelecem continuamente doações com o Morro Redondo para arrecadar e inserir frutas na sua dieta.

Interessante notar que as trocas entre setores parecem obedecer ao funcionamento dos quilombos setecentistas, até porque estes funcionavam como uma espécie de comunidades livres e autônomas tendo as roças como basilares para manter o equilíbrio da do grupo em termos alimentares e simbólicos de colaboração. O quilombo do Ambrósio, o segundo maior em extensão, perdendo apenas para Palmares, resguardava essa ideia de um espaço autônomo em produção apesar de manter relações com a sociedade escravocrata ao vender “ilegalmente” seus produtos para brancos, livres e pobres. Isso se evidencia quando Pamplona, ao mencionar a área do Quilombo do Ambrósio indica que “tudo era abundância de hua profusa fertilidade que junto com os animais ahua ambiciosa e diligente agricultura”⁸. Ainda salienta que, pela quantidade de moradores e riqueza para subsistência e economia, nem se pode “dar o nome de Campo Grande, mas sim de um **emperio** (grifo meu)”⁹. Nesses redutos que se situavam próximos de rios e matas, era comum encontrar nas plantas a presença de roças, algodoads, mandiocal, milho, casas de ferreiro, tear, pilões e curtumes (RAMOS, 1996, AMANTINO, 2001, LIMA, 2008). Essa perspectiva histórica dos quilombos parece se manter até nos dias atuais, sendo muitas vezes

⁸ Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional – seção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 7, p. 104-111.

⁹ Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- Biblioteca Nacional – seção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 7, p. 104-111.

reforçadas pelos moradores mais antigos da comunidade. Na Malhadinha isso se torna evidente, sobretudo, no que tange a colaboração interna, mas também nos produtos que mantém para a venda externa e, portanto, a continuidade da Malhadinha.

Vale ressaltar que apesar da variabilidade de produtos internos feitos pelos setores da comunidade um se destaca como denominador comum, seria, pois, a farinha. Em cada setor é comum ver uma casa de farinha como a principal renda familiar. Os homens ficam responsáveis pela colheita do tubérculo, as crianças de lavar a mandioca e as mulheres de produzi-las na casa de farinha. Os homens têm um papel secundário e extremamente braçal, segundo seu Venceslau a farinha é produzida praticamente o ano todo por ser a principal fonte de renda da comunidade e, por isso, todos os setores possuem casa de farinha. O setor com a maior casa de farinha é o Periquito. Mas não só. Através da plantação de cana-de-açúcar, lá também faz a famosa rapadura regional. Ela além de resguardar a renda dos moradores do Periquito acaba sendo doada a outros setores com a expectativa – que quase sempre é alcançada – de receber variedades alimentares em troca.

No momento em que estive lá Nilani, aproveitou que estávamos de carro, foi até seu setor – Morro redondo – pegou as frutas que foram doadas por Barreiro e Adobe levou até o Periquito com a expectativa de doarem a ela rapadura e farinha. Esse movimento que envolveu ao menos três setores, conjuga tanto a construção de um valor local para a circulação dos produtos doados “dentro da malhadinha”, quanto de um valor monetário uma vez que parte desses produtos serão processados – farinha, rapadura e polpa de fruta – e vendidos para o comércio “fora da malhadinha”. Logo, a construção de diferentes espaços-tempos intersubjetivos é latente a toda comunidade.

“Dentro da Malhadinha”: A produção de valores nas relações circulares de doações

A ideia de valor é trabalhada no livro de Nancy Munn (1986) “The Fame of Gawa” ou a “Fama de Gawa”. A autora trabalha com a sociedade da ilha de Gawa nos anos de 1973-1979 na região de Massim, na Papua Nova Guiné. Gawa vai ser uma importante ilha que compõe o conhecido circuito Kula que aparece inicialmente nos trabalhos de Malinowski em 1922. O circuito Kula, será marcado pela troca em longas distancias a partir dos colares (soulavas) e braceletes (mwalis) (MALLINOWISK, 1976). A contribuição de Munn é voltada para uma análise das trocas pela simbologia dos atos. Os atos simbólicos segundo a autora regem o universo social. Eles podem ser compreendidos a partir da ação dos sujeitos que nunca é feita

de maneira *per se*, mas sim imbuídos de expectativas que precedem a ação. Logo nenhum ato é consubstanciado sem ter em mente expectativas de respostas futuras. Em Gawan, por exemplo, quando se oferece alimento a um visitante isso é feito com a expectativa de algum tipo de retribuição e consagração, como o caso da fama (MUNN, 1986).

A fama segundo a autora pode ser conquistada através de atos que tem em si a possibilidade de gerarem valores positivos e negativos como consequência de uma ação. Um exemplo de ato positivo dentro do universo simbólico Gawan é a doação de alimentos a algum visitante, na medida em que essa ação pode ter como retorno um colar no circuito Kula e até mesmo a hospitalidade em outra ilha. Por outro lado, atos negativos apontaria para uma relação inversa a doação que seria o consumo. O ato do consumo segundo Munn (1986) é visto por seu efeito imediato que é o inchaço corporal e o sono excessivo. Enquanto oferecer alimentos é um ato capaz de gerar níveis elevados de valor, o consumo é a razão pela qual se produz um valor negativo (MUNN, 1986).

Assim, para o outro que compartilha o mesmo significado, a fama será um produto de ações positivamente transformadoras. Tal como o inverso é igualmente válido, a fama não será alcançada com atos de feitiçaria, como o ato de comer a própria comida em vez de oferecer a visitantes. Esse processo de dar alimento (*karu*) aos visitantes estrangeiros é entendido pela autora como uma forma de expansão do self/pessoa, mas também como o processo que inicia a expansão espacial. Isso porque o doador irá criar laços além da ilha de Gawa a partir das notícias que circulam pelos visitantes de sua hospitalidade que irá se converter na sua fama (*butu*) (MUNN, 1986).

Atos que tem o potencial de gerar valores positivos e negativos acabam por construir diferentes espaços-tempos intersubjetivos. O exemplo que a autora recorre é o mesmo anteriormente citado da recepção de uma pessoa estrangeira. Na categoria espaço você tem a partir da hospitalidade oferecida a um agente externo a construção de conexões mais profundas entre dois homens de territórios diferentes. Esses homens vão ocupar lares e locais antes não conhecidos. Na categoria tempo, temos que as viagens realizadas por esses sujeitos segundo Munn (1986) serão repetidas com uma duração temporal ou cronológica indeterminada, passando a conectar pessoas e lugares. Para que essas relações se desenvolvam a autora vai dizer que a lembrança é um ato subjetivo crucial, pois é através dela que a doação recíproca de alimentos constrói laços entre dois homens. Estes passam a lembrar um do outro, propagando imagens de uma pessoa generosa e hospitaleira. Esse ato subjetivo acaba expandindo e propalando a sua fama e prestígio para outras ilhas formando o espaço-tempo intersubjetivo (MUNN, 1986).

Essas relações estabelecidas por Munn na ilha de Gawa nos anos 1973-1979 podem ser pensadas nas práticas observadas na comunidade Malhadinha. Mas não só. O antropólogo Geraldo Andrello (2010) no seu artigo intitulado “Falas, objetos e corpos: autores indígenas no alto Rio Negro” fizera movimento similar. A partir dos conceitos de Munn, Andrello mostra como a produção e circulação de livros produzidos não só, mas especialmente pelos índios Tukano que vivem as margens do Rio Uaupés no alto rio Negro, constituem ações que visam expandir as dimensões de controle espaço temporal de seus autores. Ao fazerem os livros circulares entre outros grupos indígenas da região e brancos estes autores indígenas demonstram o esforço em desenvolver relações espaço-temporais progressivamente mais distantes do seu contexto de origem. Com a circulação dos livros há também a distribuição do nome e da pessoa, para usar o termo de Munn, da fama. A riqueza herdada a novas capacidades incorporadas historicamente transforma o ponto de vista de si e de outrem (ANDRELLO, 2010). Assim os livros tornam-se dispositivos que permitem a distribuição da pessoa e de seu nome, como também oferece a possibilidade da participação de uma comunidade local em um mundo que veio incessantemente se expandindo, daí a noção de expansão de espaço-tempo intersubjetivo.

Apesar de Munn construir tais conceitos diante de um contexto etnográfico específico sua contribuição conceitual não se limita apenas a ele. Segundo a autora o objetivo central do seu livro é contribuir para um modelo antropológico mais geral das práticas simbólicas. Por isso que as especificidades do seu caso etnográfico pode se consubstanciar numa abordagem geral para a teoria antropológica sendo possível tanto as análises dos conceitos nos grupos indígenas do alto Rio Negro quanto da comunidade quilombola Malhadilha. Segundo ela:

In sum, the intent of this book is to suggest a more general anthropological model of practice as symbolic process through the examination of a single ethnographic case. Thus in addition to elucidating the Gawan system, the ethnographic analysis moves forth in the spirit of a theoretical exploration in which the particulars of the empirical material become the means of developing an approach relevant to general anthropological theory (MUNN, 1986, p. 7-8)

Diante dessa premissa formulada pela autora é possível traçar pontos de analogia com o caso etnográfico da Malhadinha. Afinal se estamos diante de uma teoria geral das práticas simbólicas, logo é possível supor que as mesmas categorias e conceitos possam ajudar a iluminar outros contextos etnográficos. Assim, pretendo realizar uma reflexão com os dados etnográficos da Malhadinha a partir das categorias atos e práticas, transformação de valores e construção de espaços-tempo intersubjetivos.

Na Malhadinha é interessante pensar que estamos diante de dois universos simbólicos que vão influenciar diretamente as ações e práticas dos seus moradores. Aqui faço menção aos vocábulos “dentro da Malhadinha” e “fora da Malhadinha”. Ao acompanhar as práticas cotidianas desse quilombo no que tange ao âmbito das doações era muito comum ouvir dos moradores “fazer doação dentro da malhadinha” que no caso seria a relação apontada anteriormente pelos setores; e ao se referir as relações “fora da malhadinha” fazem menção para as vendas dos seus produtos a partir do universo simbólico do *Homo Economicus*.

Esses termos “dentro da malhadinha” e “fora da malhadinha” a sua justa medida vai ao encontro da definição de Polanyi (2000) sobre as análises substantivistas e formalistas. A primeira entende o homem a partir da relação com o ambiente natural e social que o rodeia, mais ou menos, o que aconteceria em Gawan e o que acontece “dentro da malhadinha” nas doações entre os setores. Já a abordagem formalista pressupõe que há uma universalidade no comportamento humano a nível econômico, isto é, que a ideia constante de maximizar lucros, minimizando custos estaria na lógica de todas as sociedades (POLANYI, 2000; DALTON, 1961). Essas duas lógicas parecem conviver dentro das práticas e ações da Malhadinha. Isso fica evidente nas relações que os grupos estabelecem com a produção de mercadorias para a venda “fora da malhadinha”. Esses ganhos monetários podem ser vistos a partir do comércio da tradicional farinha de mandioca que está presente em cada um dos setores. Apesar de estabelecerem uma relação econômica nos termos substantivistas, ainda assim não deixam de fazer parte da sociedade “fora da malhadinha”.

Entretanto nossa atenção volta-se especialmente para as trocas “dentro da malhadinha” que se aproximam muito mais da proposta de Munn (1986). O sistema de trocas da comunidade abarca um objetivo central que paira sobre o reconhecimento. Esse reconhecimento se fazemos referência aos termos de Munn se aproximaria da ideia da Fama. O reconhecimento na Malhadinha acontece a partir de atos e práticas simbólicas que conjugam em si ações positivas que segundo os moradores locais remete a ideia do quilombo dos seus ancestrais. Uma comunidade que partilha para se manter em equilíbrio (RAMOS, 1996).

Quando Nilani foi ao Barreiro pegar algumas frutas para a produção de suas polpas – venda – e para o consumo dentro do Morro Redondo ela proferiu as seguintes palavras “Olha Dana, agora eu pego essas frutas aqui no Barreiro, levo para casa, faço minhas polpas e mais tarde meus ‘fios’ voltam e trazem peixes do tanque lá para o Barreiro” (NILANI, 2019). Essas doações não se limitam ao Morro Redondo, Barreiro, Periquito e Adobe, como foi visto logo acima. Elas perpassam por todos os setores circulando as doações que não obedecer a nenhum princípio simétrico, mas sim contextual. As ações muitas vezes motivadas pela memória

ancestral do que deve existir num quilombo acaba dando os tons para a construção dos valores nas doações. Então se Nilani estabelece uma boa conexão com o Periquito ela acaba expandindo as mesmas ações para com os outros setores. Por isso que no momento do almoço, vi as pessoas do Papagaio levando as galinhas para se fazerem no Periquito. Esse ato positivo segundo João Pedro de 22 anos, estudante de história da UFT e morador da comunidade reforça que a Malhadinha é “um lugar acolhedor, onde todo mundo pode abraçar”.

A criação dos produtos nos setores segundo seu Ribeiro da Silva, um senhor com aproximadamente 80 anos, “é feita desde o meu bisavô, depois meu pai e depois eu e depois meus filhos” (SILVA, 2019). Isso aponta para a existência da comunidade por pelo menos 100 anos. Então quando perguntei aos moradores por que cada setor fica responsável pela criação de determinado produto, a resposta é que desde que se criou a Malhadinha os setores produzem esses alimentos e vão ensinando aos filhos a forma de cultivar essa tradição. Por isso que a construção de valores positivos e negativos para usar o termo de Munn (1986) nas doações acaba obedecendo as memórias dos costumes dos antepassados que quase sempre estava relacionada com a comunhão e solidariedade dos quilombos.

Nesse sentido, atos e práticas positivas baseia-se nas doações entre os setores dos produtos descritos acima, ao passo que atos negativos se relaciona ao inverso dessa ação, qual seja, não querer doar nada a ninguém. No período em que estive na comunidade não observei atos negativos para as doações entre setores de alimentos. Porém, num dado dia em que estávamos almoçando no Periquito acompanhei um evento que poderia configurar-se como um ato negativo bem como a consequência deste. A comunidade há algum tempo construiu um Fundo de Saúde Cooperativo mantido pelos próprios moradores da Malhadinha. Assim, enquanto a maior parte do dinheiro ganho nas vendas dos produtos “fora da malhadinha” acaba sendo revestido para gastos pessoais da família, uma parte diminuta ajuda a comunidade oferecendo dinheiro para esse fundo. Luciene me explicou da seguinte maneira:

“ação solidária” é feita assim Dana cada um se quiser dá 2,00 reais por mês, ai no fim do mês tem um caixa de dinheiro que serve pra comprar remédio para 3 ou 4 pessoas. Quem não ajuda na ação a gente sempre fala “deixa de tomar pinga e ajuda na ação” rrsrrrs (ANDRADE, 2019)

O ato de guardar o dinheiro e não doar para a ação pode ser compreendido como um ato negativo dentro dos valores da comunidade. Isso porque o dinheiro “dentro da malhadinha” não deve servir a princípios acumulatórios, mas sim de utilidade básica e ajuda

recíproca. As pessoas que não seguem a lógica da ação sofrem a chacota a partir da metáfora da pinga.

Nesse sentido a categoria subjetiva da lembrança apontada pela antropóloga parece estar presente também nas relações entre setores da Malhadinha. Isso porque ela permite tanto que os moradores possam ser reconhecidos e terem a fama de bons doadores ou realizar entre si boas doações (trocas), mas ao mesmo tempo ela permite que atos negativos permaneçam em evidência. Enquanto ações positivas são lembradas e permitem, portanto, a expansão relacional entre as pessoas e setores, a lembrança de atos negativos pode limitar e restringir essa mesma realidade. A lembrança de que os moradores do Barreiro doaram alimentos ao Morro Redondo permite que eles expandam a relação do seu setor para outros setores como Periquito e Adobe a fim de perpetuar esse ato positivo e ser reconhecido como um setor que faz boas doações. Segundo Luciene

“ser reconhecido na comunidade como uma pessoa generosa e solidária ajuda ela no que precisar no futuro... eu mesma, morando no Planalto sempre que trago pessoal da faculdade os outros setores trazem comida para mim, mas porque eu dou farinha direto pras fazenda tudo” (ANDRADE, 2019)

Essas ações e práticas positivas que conectam pessoas de diferentes espaços acabam expandindo a fama dos setores e da pessoa construindo relações espaço-tempo tal como aponta Munn (1986). Isso porque as doações realizadas por um setor para vários outros setores acabam por dirimir e quebrar a barreira geográfica, aproximando e construindo futuras alianças simbólicas. Essa aproximação espacial será ratificada especialmente nas relações “fora da malhadinha” na união de preços para a venda dos seus produtos. As mudanças temporais que vão ser desenhadas sob esses atos positivos podem ser vistas na permanência e uso indeterminado de favores e de doações para uma pessoa, com no caso de Luciene.

Notas finais

Ademais, estar “dentro da malhadinha” e “fora da malhadinha” vai muito além das relações econômicas interior/exterior da comunidade como foi apresentado no decorrer deste trabalho. Estes vocábulos servem também como um mecanismo de separação entre um universo que a comunidade busca manter e um universo que ela precisa manter. Pude notar que há uma diferença crucial entre aquilo o que eles querem e o que precisam. Durante o período em que estive lá pude compartilhar um pouco das suas práticas simbólicas e ver que isso é cada vez mais forte na comunidade. Estar em contato com pessoas “fora da malhadinha” vai além das trocas comerciais,

obedecem também a interesses identitários, isto porque, juridicamente eles precisam do aval do INCRA para o reconhecimento legal de suas terras e de sua origem quilombola.

“Dentro da Malhadinha” as relações econômicas expressa pelo ato de doar apresenta formas de manter as relações identitárias e de resistência da comunidade no âmbito cultural. Isto pode ser visto por não deixarem adentrar nas relações entre setores princípios econômicos que não foram sustentados por seus ancestrais. A busca pelo reconhecimento entre os pares setoriais acaba por reproduzir aquilo que aprenderam com as gerações passadas. Obviamente que reproduzir aquilo que aprenderam tem em si a centelha da transformação, isso porque outros símbolos passam a ser incorporados pela comunidade criando outras formas de manter sua identidade e cultura, por exemplo o Fundo de Saúde Cooperativo.

Assim “fora da Malhadinha” e “dentro da Malhadinha” expressam relações simbólicas muito mais extensas do que o recorte do presente trabalho permitiu enfatizar, há muito mais simbologias dos atos na/da Malhadinha para a pesquisa antropológica centrar suas análises.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. (org). *Quilombos: identidade étnica*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AMANTINO, Márcia. 2001. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. 2001. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANDRADE, S; ESTEVES, P; LIMA, Q. Perfil sociolinguístico e socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins: considerações iniciais. In: *Revista EntreLetras*. Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT – n° 1 – 2010/II

ANDRELLO, Geraldo. Falas, Objetos e Corpos: autores indígenas no alto Rio Negro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. Vol. 25 n° 73 junho/2010

Arquivo Conde de Valadares, MS 575 (1). Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Conde de Valadares. s/l, s/d- *Biblioteca Nacional* – seção de manuscritos – microfilme I- 18.2.6 - doc. 7, p. 104-111.

ARRUTI, José Maurício Andion Paiva. A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana [online]*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 7-38, Oct.1997.

_____. Agenciamentos Políticos da “Mistura”: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. In. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n° 2, 2001, pp. 215-254.

_____. Etnogêneses indígenas. In: BETO; FANY. Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo : Instituto Socioambiental. 2006.

_____. *Mocambo: Antropologia e História no processo de formação quilombola*. São Paulo: EDUSC, 2006.

DALTON, George. Economic Theory and primitive Society. In. *American Anthropologist*. v. 63, n.1, p. 1-25, 1961.

FUNARI, Pedro Paulo. A república de Palmares e a arqueologia da Serra da Barriga. In. *Revista USP, São Paulo*. V. 28; Dezembro/ Fevereiro. p. 13-16, 1995.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e Experiencia: Antropologia e Teoria Etnográfica. In. *Etnográfica*, Vol. X (1), 2006, p. 161-173.

GOMES, Flávio do Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do Campesinato negros no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Cada venda é um quilombo: Escravismo e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (Século XVIII). *Anais da quinta jornada setecentista*. Curitiba, p. 177-19, 2003.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *Marca de Fogo: O medo dos quilombos e a construção da hegemonia escravista (Minas Gerais, 1699-1769)*. 2008. 251 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw C. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. In. *Revista USP, São Paulo*. V. 28; Dezembro/ Fevereiro. p. 56-63, 1995.

MUNN, Nancy. *The fame of Gawa: a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society*. Cambridge: University Press, 1986.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV: ABA, 2002.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana – estudos de antropologia social*, PPGAS/MN/UFRJ, 4/1, abr. 1998.

POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel*. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Compus, 2000.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; et. al. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

“DENTRO DA MALHADINHA”: a circulação de produtos alimentares na comunidade remanescente quilombola – TO
Daniella Santos Alves

SCHWARTZ, Stuart B. Tapanhuns, Negros da Terra e Curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, p. 13-40, 2003.

SYLVIA, Maria. Etnicidade e Mudança Cultural. In: *Revista de Ciências Sociais*.v.27 n.1/2 1996, p. 136-142.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS COMO LOCUS DE INVESTIGAÇÃO, PODER E REPRESENTAÇÃO

HISTORICAL AND ARCHEOLOGICAL DOCUMENTATION AS A LOCUS OF INVESTIGATION, POWER AND REPRESENTATION

Gabriela Gonçalves Junqueira ¹

Toda definição acabada é uma espécie de morte, porque, sendo fechada, mata justo a inquietação e curiosidade que nos impulsionam para as coisas que, vivas, palpitam e pulsam (SANTAELLA, 1983, p. 9 *apud* GHENO; MACHADO, 2013).

Resumo

O presente trabalho pretende discutir e suscitar reflexões acerca da presença do poder e da política de interesses que rondam documentos históricos e arqueológicos. Para tal, será utilizado breve relato de documentação histórica e narrativas derivadas de suas leituras a fim de identificar como o poder se manifesta na escrita, a partir da História. Além disso, irei lançar luzes no cenário de institucionalização da Arqueologia para entender suas influências e como ainda hoje, um espectro descritivo e tecnicista usado como aparato teórico-metodológico atua em prol de identificar e imobilizar povos produtores de suas materialidades. Sendo assim, as reflexões apontam para uma compreensão antropológica e reflexiva acerca desses povos, em específico os Jê meridionais, para que seja possível superar esses discursos e narrativas marcadas pelo poder.

Palavras chave: Jê meridionais. História Indígena. Etnoarqueologia. Colonialidade do poder.

Abstract

The present work aims to discuss and raise reflections on power and the politics surrounding historic and archaeological documents. To that end, it is applied a brief account based on the readings of the historic documentation and narratives in order to identify how power manifest itself through writing, from the standpoint of History. Beyond that, I will shed lights in the institutionalization scenario of Archeology to understand their influences and, as still continues as a descriptive and technician spectrum used as a theoretical - methodological apparatus acting in favor of the identification and immobilization of the people as they produce their own materiality. Therefore, the reflections points to a reflexive anthropological

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e professora substituta do Instituto de Ciências Sociais (INCIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (GEPAEHI), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

comprehension of those people, the Jê Meridionais in particular, so as to be possible to overcome those power shaped discourses and narratives.

Keywords: Southern Jê. Indigenous History. Ethnoarchaeology. Coloniality of power.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS COMO LOCUS DE INVESTIGAÇÃO, PODER E REPRESENTAÇÃO

O presente trabalho pretende discutir e suscitar reflexões acerca da presença do poder e da política de interesses que rondam tanto documentos históricos, quanto documentos arqueológicos. Para tal, será utilizado breve relato de documentação histórica e narrativas derivadas de suas leituras a fim de identificar como o poder se manifesta na escrita, a partir então da História. Além disso, irei lançar luzes no cenário de institucionalização da Arqueologia para entender suas influências e como ainda hoje, um espectro descritivo e tecnicista usado como aparato teórico-metodológico atua em prol de identificar e imobilizar povos produtores de suas materialidades.

A intenção é partir de documentações históricas já discutidas em trabalhos anteriores quanto aos povos Jê meridionais que nos séculos XVIII e XIX ocuparam a área que compreende hoje o sul de Goiás, Triângulo Mineiro e norte de São Paulo. Essa área foi palco de um intenso convívio e diferentes estratégias de contato com as alteridades e teria sido um território de ocupação histórica desse grupo que sempre foi descrito nas narrativas das documentações oficiais como gentios bárbaros e selvagens.

Vale ressaltar que esse grupo era descrito como “gentio Caiapó”, contudo, sabe-se hoje que a nomenclatura Kayapó², pouco nos diz acerca do etnônimo, o termo na verdade é de origem Tupi, e pode ser traduzido "como macaco" (TURNER, 1992). Por essa razão acredito ser mais apropriada a utilização da denominação Jê meridionais, já que este grupo pertencia à família linguística Jê, derivada do tronco Macro-Jê, e suas características, bem como falar língua diversa da geral – Tupi -, habitar provavelmente em sua maioria aldeias circulares, e praticar vários rituais advindos destes grupos, derivam daí.

Ademais, o termo “Caiapó” pode englobar outros grupos, que não necessariamente poderiam ser Kayapó, mas que ao olhar do não-indígena, estes grupos deveriam compartilhar algumas características comuns para serem retratados pelo mesmo termo, sendo assim, seria um termo genérico.

² Vale destacar a diferença dos termos “Cayapó” e “Kayapó”, no qual o primeiro termo era o utilizado nos documentos oficiais, cartas e relatos aqui utilizados como fontes, e o segundo, termo utilizado e adotado atualmente pela Associação Brasileira de Antropologia.

Além disso, essa exonómia a qual me refiro, reproduzida pelos colonizadores, pode ter sido resultado de um discurso claramente marcado pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Esse grupo, marcado pela ação guerreira em contato com o outro, foi sempre descrito nas documentações e relatos como selvagens, bárbaros e amantes da carne humana. Narrativas, que marcadas pelo poder e por interesses unilaterais tendia a tornar estáticos grupos fluídos dentro de determinadas hierarquias, além de tornar genéricos (QUIJANO, 1999) grupos que tinham diferenças e especificidades nas suas vidas e organizações sociais.

Essa narrativa exige os grupos de suas pluralidades e dinâmicas, tendendo também a anular e incentivar um “apagamento” de suas subjetividades. Age por meio da manipulação de visões para que não haja identificações com certos grupos, o que faz com que nós, partes desse processo forçado e violento de colonização, tenhamos imagens distorcidas de nós mesmos.

A indicação de uma reflexão decolonial para se pensar esses povos se dá por se tratar de uma alternativa epistêmica para se superar essa colonialidade do poder que se estende ao saber, ao ser e ao fazer (QUIJANO, 1999). Dessa forma se tem uma possibilidade de suplantar essas estruturas de dominação, exploração e conflitos que se instaurou no processo violento e opressor de colonização.

O desmantelamento dos mitos criados pelo eurocentrismo como perspectiva hegemônica do conhecimento, bem como seus principais mitos fundacionais (QUIJANO, 2005) giram em torno dos ideais do evolucionismo e do dualismo. Além da noção criada quanto ao conceito de raça, que passou a ser utilizado de meras características fenotípicas para servir à um projeto eurocêntrico de colonização, manipulação e controle que utilizou do conceito para hierarquizar e deixar estáticas populações dentro de determinados dualismos que levaram e levam ainda hoje grupos inteiros a uma infinidade de violências físicas, simbólicas e epistêmicas.

Dito isso, podemos afirmar que o potencial guerreiro destes indígenas foi, portanto, utilizado de maneira a cancelar as mais diversas atrocidades contra essa população. Os colonizadores ressaltavam a violência com que estes indígenas se lançavam contra os brancos para justificar a necessidade de se fazer guerra contra eles, pois o ataque às aldeias só era legítimo em casos de Guerra Justa, ou seja, guerra contra índios que se configurariam como índios *hostis* e, portanto, inimigos passíveis de serem escravizados (MARTINI, 2008).

A Guerra Justa ainda poderia ser legítima quando o inimigo recusasse a conversão ou impedisse a propagação de seus preceitos religiosos, praticassem hostilidades contra os portugueses ou aliados da Coroa ou, então, ainda se rompesse algum pacto estabelecido, lembrando que aos

índios que sobrevivessem às guerras justas, ficariam permitidos os manterem sob regime de escravidão legal (PERRONE-MOISÉS, 1992).

[...] mandando fazes guerra offensiva a estes barbaros, pois he o unico e cabal remedio que lhe achamos, por menos foi castigado e destruido o gentio Payagoâ, no caminho do Cuyaba.³

O que não se pode aceitar sem uma reflexão crítica é a utilização da marca guerreira desses povos de maneira superficial, como uma busca sangrenta e violenta pela morte do adversário. A guerra para eles não estaria associada a atos bárbaros e selvagens, como se fez crer nos discursos oficiais, e nem à espacialidade de seu tratamento teórico como função (FERNANDES, 1970), ou à sua natureza universal (CLASTRES, 2004) ou reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 1976) como uma tendência que reduz a guerra a uma modalidade particular de troca⁴.

A guerra estaria relacionada, então, a formação da pessoa, identidades e corpos. Enquanto consumo produtivo, pode ser vista como predação do mundo exterior para a produção do mundo interior entre esses povos. A guerra seria assim, considerada parte de um consumo produtivo, seja pela necessidade de uma redução ao discurso da reciprocidade, seja pela integração da guerra ao tema da produção ontológica, que é um fenômeno da esfera produtiva, e não do consumo propriamente dito, no qual a motivação e a ação de guerra é a de predar o exterior para produzir o interior (aquisição de almas, virtualidade de pessoas, nomeação, existência etc.) (FAUSTO, 2001).

Com essa noção deturpada e funcional da guerra para servir aos interesses das frentes de expansão colonial afim de justificar o extermínio desses povos, verdadeiros entraves a invasão e exploração colonizadora, podemos ver a forma cruel com que o poder se manifesta. Fato que resulta em um dos contatos mais violentos e cruéis entre indígenas e não-indígenas em toda América colonial portuguesa.

Visualizar essas possibilidades de entendimento do material histórico, como vislumbrar outras possibilidades da ação guerreira, só foi possível por meio do olhar proposto pela Antropologia. É a perspectiva da alteridade que permite um novo olhar e novas interpretações a documentação histórica e com isso um esclarecimento e a tentativa de preencher lacunas na história indígena quanto ao passado desses povos.

³ CARTA dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei [D. José], expondo as atrocidades cometidas pelos índios Caiapós e insistindo na guerra ofensiva como único meio de repressão. 1757, junho, 11. AHU_ACL_CU_008, Cx.14, D.856.

⁴ A menção a esses autores e visões se faz pela importância dessas discussões para as teorias gerais sobre a guerra e não necessariamente a guerras associadas somente aos povos Jê. Para um aprofundamento nessa relação sugiro a leitura da minha dissertação.

Além da perspectiva da alteridade direcionada ao material histórico, é necessário que a eles sejam feitas também uma leitura “a contrapelo” (BENJAMIN, 1985). A proposta é se “escovar a história a contrapelo”, chamando a atenção para que a história seja lida e analisada por meio do ponto de vista dos “vencidos”, o que nos afasta de uma história oficial, e que não permite uma identificação com os colonizadores, que foram por um longo período vistos como os heróis civilizadores da América. Nesse sentido, a orientação para se ler a história “a contrapelo” caminha em conjunto com a proposta de uma nova história indígena (MONTEIRO, 2001) que se configura de forma cada vez mais efetiva e necessária.

Abordagens histórico-antropológicas permitem novas compreensões sobre o lugar dos índios em nossa história e segundo Almeida (2013) e Monteiro (2001) defensores das causas indígenas, há a urgência dessa revisão historiográfica para que haja um enterro definitivo de uma historiografia que por muitos anos foi parceira de políticas de apagamento de identidades indígenas.

Essa revisão historiográfica indicada por esses autores era tão necessária quanto peremptória, haja vista, por exemplo, como alguns autores como Martius (1907) retrataram os indígenas dentro da História do Brasil. O alemão foi ganhador do concurso do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o IHGB, sobre o melhor manual sobre como deveria ser escrita a história do Brasil. O autor de obras de impacto para os historiadores do século XIX, ficou reconhecido por incorporar o negro e o índio na formação da história e da identidade nacional. O fato, é que o autor defendia a tese da degeneração indígena em seus relatos, ora por um determinismo ambiental, ora pela mistura e ainda pela suposta homossexualidade, que segundo o autor seria a ruína desses povos de úteros infecundos (NOELLI; FERREIRA, 2007).

Tal raciocínio nos permite uma ponte da História para Arqueologia. Tais disciplinas dialogaram de forma muito próximas, talvez mais entre si, do que qualquer uma delas com a Antropologia. O que talvez marque ainda mais a existência de um poder, ora descarado, ora latente.

A Antropologia desde seu surgimento tem uma relação direta com o colonialismo. Ela surge a fim de justificar a colonização de povos menos civilizados, pensamento esse que inaugura a primeira corrente teórica antropológica, o evolucionismo. Contudo, hoje a Antropologia é marcada pela compreensão e entendimento da diferença, pela relação entre diferentes alteridades, e sem essa reflexividade proposta hoje pela Antropologia, seria difícil sair dessa armadilha arbitrária que muitas vezes a História e a Arqueologia propôs, mas que com alguns debates tentam propor reflexões nesse sentido (NOELLI; FERREIRA, 2007).

Esses determinismos que vimos no passado da historiografia sobre a história do Brasil é uma característica que também cerca a Arqueologia. Ainda hoje a Arqueologia conta com

instrumentos de análises que são resultados de influências de conceitos muito criticados do século XIX, como o determinismo ambiental, presente nas obras de Martius, e explorada em reflexões sobre o tema pelos historiadores Noelli e Ferreira (2007).

Ao revisitar a história do desenvolvimento da Arqueologia brasileira, a teoria da degeneração indígena e a permanência de representações arqueológicas colonialistas são duas características muito claras na visão dos autores com quem diálogo.

A Arqueologia e seu desenvolvimento como disciplina acadêmica contou com a presença e influência de especialistas estrangeiros, principalmente quanto as técnicas e métodos de escavação, classificação, datação e documentação dos acervos arqueológicos.

Esses especialistas claramente vinham imbuídos de suas correntes teóricas, e a influência francesa, por exemplo, trouxe para as universidades a noção de uma Arqueologia como estudo do passado pré-histórico humano (BARRETO, 1999/2000). Algo que para nós, antropólogas e antropólogos, é ambíguo e imbuído de perigos, pois pode afirmar que os povos que viveram em um período sem escrita, são um povo sem história.

Uma forma de poder que se manifesta não só nessa influência francesa a Arqueologia, mas que influenciou historiadores e até mesmo antropólogos a adquirirem essas afirmações, legitimando assim, somente a documentação escrita, como prova de um passado existente e dotado assim de uma história chancelada. Vale destacar que hoje, como uma forma de superar essa visão, muitos arqueólogos brasileiros já utilizam da expressão “pré-colonial” no lugar de “pré-histórico” (BARRETO, 1999/2000).

A Arqueologia, institucionalizada então no Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Nacional nasce em prol não só de avanços científicos, mas também de interesses e representações políticas. E como a Antropologia, coube a Arqueologia não só o estudo do “indígena morto”, mas também do indígena vivo, “escrutá-lo em seus graus de civilização para estipular uma política colonial, para selecioná-lo e arregimentá-lo como mão-de-obra sucedânea aos braços escravos. Quanto mais civilizado, melhor operário seria um indígena” (Ferreira, 2003, 2005 apud NOELLI; FERREIRA, 2007).

Além dessas questões e da intervenção francesa, a influência americana, a qual tem seus principais nomes em Betty Meggers e Clifford Evans marcou e marca ainda hoje essa ciência. A vinda do casal no final dos anos 1940 foi financiada pelos Estados Unidos, e em 1965 eles criam o

Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o Pronapa, programa que inclusive foi apontado por alguns artigos com uma possível ligação e parcerias com a ditadura militar⁵.

As pesquisas de Meggers na Amazônia propôs que as condições ambientais da várzea amazônica impediram o desenvolvimento local de sociedades complexas (BARRETO, 1999/2000), sendo um ambiente que não possibilitava assim o desenvolvimento das sociedades indígenas, que como já vimos, tinha seu desenvolvimento visto pela via da degeneração e marcada pelo determinismo ambiental que rondava os pensamento e teorias da autora. Cenário que hoje serve como ponto de partida e contestação por meio de novas descobertas e perspectivas de arqueólogos brasileiros (Neves 1998), como afirma Funari (2013) em reflexões sobre o surgimento e desenvolvimento da Arqueologia no Brasil.

Meggers morreu há pouco tempo e defendeu até a morte não apenas que a América Latina seria para sempre atrasada e subdesenvolvida, mas também que a floresta tropical era um paraíso falso, iludindo trabalhadores árduos a se tornarem índios preguiçosos. (FUNARI, 2013, p. 25)

O programa treinou uma geração de arqueólogos brasileiros, e até os dias de hoje, é uma referência. Ele segue influências da Ecologia Cultural e do neo-evolucionismo, que prioriza os fenômenos naturais ao construir interpretações sobre mudança social e por isso, materiais coletados são classificados segundo as categorias de fase e tradição (GASPAR, 2003). Um discurso marcado pelo poder e por interesses políticos.

Os princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários e anti-humanistas, promovendo o conceito de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais. (FUNARI, 2013, p. 24)

Cabe salientar que entende-se por tradição, sítios e conjuntos de materiais arqueológicos considerados diagnósticos que se repetem, com frequência, ao longo de um período e se distribuem em um amplo território, um artifício metodológico para identificar, classificar e compreender o vasto universo de vestígios materiais de diferentes grupos sociais (ETCHEVARNE, 2012).

Cada tradição é composta por um grupo denominados de guia fóssil de identificação. O guia fóssil pode ser entendido então, como os materiais que permitem a identificação e relação do vestígio arqueológico a determinada tradição. Como exemplo, na Tradição Tupiguarani, o guia

⁵ Para saber mais sobre essa relação sugiro a leitura de Funari, Pedro Paulo A. Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads. *World Archaeological Bulletin*, Southampton, v.5, p.123-132, 1991.

fóssil está ligado às cerâmicas corrugadas, pintadas e decoradas, enquanto que na Tradição Aratu-Sapucaí, o guia fóssil são os potes germinados e as cerâmicas escuras e lisas, que muitas vezes são retratadas como cerâmicas “simples”, uma narrativa que já difere certo grau de complexidade e grau evolutivo entre as práticas cerâmicas.

Diante disso, podemos levantar reflexões no sentido de que as Tradições pensadas em conjunto aos guias fósseis são classificações e modelos construídos por uma arqueologia tradicional ainda influenciada pelas propostas pronapianas de trabalho. Uma visão que aponta linearidades e continuidades onde existe processos e múltiplas interpretações possíveis. Em um novo movimento, de aproximação da Antropologia, essas Tradições se mostram insuficientes, pois enquadram uma materialidade resultante de movimentos e dinâmicas em classificações fixas e estáticas.

Enquanto instrumentos para se pensar o contexto cultural provavelmente vividos nos sítios arqueológicos, essa noção de tradição fixa retira o movimento, a dinâmica e a agência dos produtores dessa materialidade e da própria materialidade produzida enquanto relação entre agentes.

Além dessas críticas ao instrumento de estudo e análise de vestígios arqueológicos, as Tradições, resalto ainda que os pesquisadores coordenadores do projeto trouxeram influências do neoevolucionismo da arqueologia americana. Contudo, vale destacar que essa orientação teve menor impacto aos estudos arqueológicos, pois categorias evolutivas ou escalas evolutivas, nunca foram utilizadas de maneira devassada ou escancarada nas classificações.

Como já foi dito, o Pronapa escolheu organizar seus dados nas categorias também americanas de “fases” e “tradições”, que apesar de muito questionadas por arqueólogos, ainda organizam suas pesquisas e classificações com tais metodologias (BARRETO, 1999/2000).

Porém, alguns autores segundo Pedro Paulo Funari (2013) como Anna Roosevelt refletiu e desafiou essas classificações e padronizações propostas por Meggers no cenário amazônico. A autora inovou propor para o ambiente um enorme potencial de abrigador de ocupações, além de levantar novas questões como as discussões de gênero e o papel da mulher no passado pré-colonial do Brasil.

Contudo, o conceito de fase e tradição, central para o Pronapa, se transformou na finalidade última das pesquisas para um número significativo de arqueólogos entre as décadas de 1960 e 1980 (DIAS, 2007) ao invés de ser um caminho para atingir determinados entendimentos e compreensões acerca da realidade material. Vale ressaltar que o conceito de tradição sugere uma unidade ou uma série de unidades arqueológicas básicas (fases) relacionadas entre si, que são socialmente transmissíveis e persistentes no tempo. Assim, uma tradição seria caracterizada

principalmente pela profundidade temporal (DIAS, 2007, p. 62), o que traz a noção de continuidade e corrobora para um política de poder e imobilização da materialidade, o que tira toda a agência dessa materialidade, sua história de vida, bem como das pessoas que a produziram.

Noções que talvez o distanciamento da Antropologia trouxe para a Arqueologia e que corroborou com esse processo de estabilizar e tornar fixo entendimentos acerca da materialidade. O olhar antropológico e a aproximação da Arqueologia da Antropologia é fundamental nesse sentido, pois permite enxergar uma espécie de “alma nas coisas”, sempre em conjunto com os atores sociais, sendo esse olhar responsável pelo não congelamento do objeto e o não isolamento da cultura na agência (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005), o que possibilita possíveis e múltiplas interpretações.

Vê-se que as limitações dessas classificações e padronizações causadas pelo aparato teórico-metodológico pautados nos ideais do Pronapa não foram levadas a sério e a falta de reflexão teórica na Arqueologia brasileira da década de 1960 propiciou uma visão míope quanto a abrangência do método (DIAS, 2007), que ficou preso ao nível descritivo e técnico de análise. Ressalto que hoje temos trabalhos no âmbito da Arqueologia que propicia discussões e reflexões nesse sentido mais acurado, como o trabalho de Fabíola (SILVA, 2002) que propõe diferentes possibilidades de interpretação do material arqueológico por meio de um diálogo interdisciplinar incorporando outras perspectivas, como a mitologia, por exemplo, na leitura dessa materialidade.

Além disso, ao se referir a sítios históricos, ou seja, sítios de contato, o uso desse aparato teórico-metodológico clássico, sustentado pelas classificações de fases e tradições, se mostra ainda mais frágil. A visão reducionista que o Pronapa propõe com o uso de tradições e fases para análise de material, (GASPAR, 2003) marcado muitas vezes pelo determinismo ambiental, pouco se adequa à interpretação de fenômenos em sítios de contato. A Arqueologia percebe essa inadequação, mas insiste na falha técnica. O Pronapa cria uma nova tradição, a Neobrasileira, que em tese seria instrumento de análise de sítios históricos. Contudo, o nível analítico e descritivo da nova tradição não é suficiente para interpretar e refletir sobre a complexidade material que salta aos olhos dos arqueólogos com as múltiplas possibilidades de contato.

Nesse sentido, a História também começa a rever criticamente o potencial informativo do documento escrito. Assim como a Arqueologia começa a valorizar outras evidências de materiais, que também são consideradas documentos. São vistos como documentos na medida em que que essa materialidade permite lançar “um novo olhar” sobre determinadas realidades sociais e permitem assim a possibilidade de amplificar vozes de segmentos menos privilegiados que não tiveram a oportunidade de registrar, por escrito, a sua experiência social (GASPAR, 2003).

Pensando no desenvolvimento dessa Arqueologia no Brasil, surge uma Nova Arqueologia como Maria Dulce (2003) afirmou, ou Arqueologia Processual, que teve adeptos, mas recebeu infindáveis críticas por sua influência neo-evolucionista. Somente com o que chamamos de Arqueologia Pós-processual é que se abre um leque interpretativo da materialidade, possibilitando assim uma visão mais completa e abrangente dos contextos arqueológicos. O que caminha em conjunto com a noção de “coisa” trabalhada por Ingold (2012), quanto a sua diferença de um objeto, já que estamos falando de materialidades, no qual se foca na agência e fluidos vitais presentes nessa materialidade antes vista enquanto objeto, enquanto obra acabada.

O objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas. Ele é definido por sua própria contrastividade com relação à situação na qual ele se encontra (Heidegger 1971, p. 167). A coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião. (INGOLD, 2012, p. 29)

Com o pós-processualismo, a Arqueologia propicia a apropriação de aparatos teórico metodológicos tanto da Antropologia, quanto da História. Ao estabelecer, por exemplo, analogias com grupos contemporâneos, há uma valorização do que chamamos de projeção etnográfica, ou seja, por meio do estudo e análise de etnografias contemporâneas há o intuito de iluminar reflexões e fomentar hipóteses sobre as populações do passado. Vale destacar que o uso possível e legítimo da prática da projeção etnográfica, vem da existência de algumas características comuns aos povos Jê, como, por exemplo, o dualismo que parece regular a vida social e simbólica desses povos.

Nesse sentido, a intenção de enxergar a Arqueologia como sujeito da Etnografia, uma Arqueologia Etnográfica (CASTAÑEDA, 2008), sugere seus métodos incorporados a uma prática arqueológica para estudar o passado. Essa indicação caminha em conjunto com a projeção etnográfica, aparato metodológico da Antropologia, e pode ser visto na valorização dos estudos da etnoarqueologia.

Além disso, acredito que o uso do paradigma indiciário, metodologia histórica, e minha opção de leitura dos documentos históricos, seja também apropriada aos documentos arqueológicos. A Arqueologia que busca explicar as mudanças e aspectos sociais e culturais das sociedades humanas para compreender as dinâmicas de sociedades que já não existem atua muitas vezes como a História, e por isso considero utilizar o mesmo instrumento de análise e leitura desses documentos, assim como fazemos com os documentos oficiais, cartas e relatos. Por meio do registro arqueológico, incluindo sítios, artefatos, restos de alimentação, e outros, é necessário que

se trabalhe como um detetive, agindo assim pelos indícios e vestígios como nos alerta o método do paradigma indiciário de Ginzburg (1989).

Tudo isso, tem relação com a proposta de uma Arqueologia Histórica, e que hoje guia estudos e pesquisas de vários arqueólogos e historiadores brasileiros, como Funari (1996) e Gheno; Machado (2013). Assim como no pós-processualismo, há aqui um encorajamento de vozes antes silenciadas na Arqueologia. Longe do viés interpretativo possibilitado e defendido por uma Arqueologia Pós-processual não havia a busca de múltiplas perspectivas dessas “coisas” (INGOLD, 2012), o que afastava também o caráter reflexivo que a Arqueologia hoje pode ter.

Se a Arqueologia Processual havia proclamado a explicação dos fenômenos culturais do passado, a Arqueologia Pós-processual conclama a interpretação desse passado. Essa nova linha teórica é marcada por uma enorme diversidade de abordagens, por vezes até mesmo opostas, assim, o “pós” que caracteriza essas Arqueologias está associado tanto ao fato dessas posturas se colocarem como críticas ao paradigma processual, que as antecedeu, como a sua aproximação às filosofias pós-modernas e à crítica pós-colonial. Contudo, temos como ponto comum a crítica quanto ao fato da Arqueologia Processual considerar a cultura material como reflexo passivo do comportamento humano, enquanto que para os pós-processualistas, a cultura material também é ativa, sendo mediada por crenças, práticas e significados. (WICHERS, 2015, p. 14)

Com esse diálogo propiciado pela Arqueologia Pós-processual e por uma Arqueologia Histórica, há uma valorização de interdisciplinaridades e das múltiplas fontes, o que permite também a aproximação da disciplina com a História e a Antropologia, não negligenciando que a Arqueologia Processual também tem reflexões no âmbito da interdisciplinaridade.

Cabe pensar o que este domínio da Arqueologia tem de particular. O aspecto ímpar da Arqueologia Histórica é a sua capacidade de dispor simultaneamente do registro documental e do registro arqueológico, ou seja, daquilo que foi escrito e o que realmente foi feito. E, da confrontação dos dois, construir interpretações que evidenciem novas leituras da realidade que se propõe a investigar. (GASPAR, 20013, p. 278/79)

A citação de Gaspar, permite uma reflexão. Se antes, por muito tempo, acreditava-se que aquilo que foi escrito era de fato o que foi vivido, hoje isso já se desmoronou. O conjunto de diversas fontes, frente a confrontação, que a meu ver, é permitido pelo olhar antropológico a essas fontes, revela as várias facetas do poder que possibilitou as inúmeras formas de violência e discriminação com populações indígenas. Um exemplo empírico disso, desse confronto entre material escrito e material arqueológico filtrado pela Antropologia fica claro quanto a discussões de minhas pesquisas.

Como pudemos ver em citações no começo desse trabalho, os Jê meridionais, nos séculos XVIII e XIX eram populações que, pela “verdade” da documentação oficial, eram marcados pelas característica guerreira. Povos bárbaros e selvagens, comedores de carne humana, não tinham outro modo de se relacionar com o outro, não fosse pela guerra. Hoje é possível levantar outras hipóteses, por meio de descobertas materiais⁶. Esses levantamentos, assentido pelo olhar acurado que a Antropologia permite, em comparação com uma Arqueologia Tradicional, revelou possibilidades de diferentes maneiras e estratégias de contato com as distintas alteridades, evidenciando a agencia desses indígenas e também o potencial interpretativo da materialidade, pois a “cultura material” pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo se contrastar às fontes escritas (FUNARI, 2002) ou outras fontes.

Conclusão

Essa reflexão permeou a identificação e as inúmeras possibilidades que o poder, latente ou não, traz na documentação escrita e também na documentação arqueológica. Além disso, esse poder, que permite determinadas continuidades entre diferentes categorias e disciplinas, tem sido responsável pela forma com que as sociedades indígenas vinham sendo enxergadas por uma história indígena ainda presa à colonialidade do poder tão central nesse texto. Uma história indígena que acreditava na “pureza” dos indígenas e nos aspectos fundamentais de sua cultura (SCHADEN, 1974) ou ainda àquela que ficava presa a noção de assimilação, ou seja, acreditava que os índios seriam assimilados por culturas mais evoluídas e assim seriam descaracterizados enquanto tais (GALVÃO, 1957).

Essas armadilhas do poder foram, durante por muito tempo, aceitas pela Antropologia, por meio de modelos etnológicos, como os dualismos sociedades centrípetas/centrífugas ou modelos de identidade concêntricos/diamétrais e também por outras disciplinas, como a História, que acreditou numa única história, linear e evolutiva; e a Arqueologia, que acreditou ser capaz de identificar e congelar no tempo técnicas cerâmicas específicas de determinados povos, por meios das Tradições.

Essas continuidades que se sustentaram e serviram de norte metodológico por anos, hoje frente aos dados empíricos e documentais já não são suficientes, por exemplo, para os Jê meridionais. Vários modelos propostos por essas disciplinas estão e continuam sendo questionados

⁶ O relato trata-se de uma urna funerária encontrada no município de Olimpia/SP. A urna é resultado de diferentes técnicas cerâmicas. Técnicas Jê e Tupi se mesclam. Provavelmente foi resultado de trocas, de diálogos, de aprendizados, o que evidencia agencias e estratégias desses indígenas e do que essa urna representa enquanto tal. Para mais detalhes, sugiro ler minha dissertação.

na medida em que trazem consigo ainda a ideia de uma cultura única, estática e sem movimento e agência.

Hoje, essas disciplinas e nós, enquanto antropólogas e antropólogos estamos sendo chamados constantemente a uma abertura epistêmica, contribuindo assim para o desmoronamento de uma episteme altamente monolítica, ou seja, fechada tanto para outras formas de conhecimento como para o próprio Outro (CRUZ, 2016, p. 10/11).

A Antropologia, que tem um papel fundamental nesse despertar de outras perspectivas, outras relações, passa por um momento de reinvenção. Não por uma crise na posição de sujeitos de pesquisas, crises essa que já superou, como afirma Ribeiro (2005). Mas um momento de mudança e troca entre antropólogos de diferentes lugares no sistema mundial. Não podemos submeter a diversidade a um modelo que pretende ser único, mas temos que estabelecer novas condições de trocas acadêmicas e regimes de visibilidade.

Hofbauer (2009) talvez tenha razão, ao colocar o foco analítico de alguns estudos culturais girando em torno de três conceitos básicos: cultura, poder e identidade no processo de modernização e globalização. Articulada a uma crítica à história do Ocidente e ao colonialismo e suas grandes narrativas imbuídas de poder vista tanto na Antropologia, quanto na História e na Arqueologia, a busca é pela superação dos dualismos e oposição entre o Ocidente e o “resto do mundo”. Essa busca é uma tarefa árdua e que a curto prazo não parece mostrar soluções. Porém, aos poucos, travando diálogos e buscando trocar experiências multilocalizadas há de se sair dos binarismos criados por essas narrativas.

Dessa forma, seria possível uma revolução teórica nessas disciplinas e na produção de conhecimento como um todo, para que possamos assim, nos livrar desses discursos marcadas pelo poder e por interesses políticos rompendo com os mais diversos tipos de violência, em especial a epistêmica, que como produtores de conhecimento, nos cabe lutar e fazer a diferença. Uma diferença não só acadêmica, vista de forma romantizada e falada somente aos nossos pares, mas uma diferença que seja prática. Para que nós, em conjunto com nossas responsabilidades também políticas, possamos fazer surtir efeitos práticos no cotidiano de nossa disciplina e também de nossos sujeitos de pesquisas.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

FONTES MANUSCRITAS

CARTA dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei [D. José], expondo as atrocidades cometidas

pelos índios Caiapós e insistindo na guerra ofensiva como único meio de repressão. 1757, Junho, 11. AHU_ACL_CU_008, Cx.14, D.856.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. **Revista Brasileira de História**. Vol.33, n.65, pp.399-403, 2013.

BARRETO, CRISTIANA. A Construção de um passado Pré-Colonial: Uma Breve História da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000.

BENJAMIN, W. As Teses sobre o Conceito de História. In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CASTAÑEDA, Q. E. The 'Ethnographic Turn' in Archaeology. Research Positioning and Reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: CASTAÑEDA, Q. E.; MATTHEWS, C. N. (Eds.). **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices**. Plymouth: Altamira Press, p. 25-61, 2008.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. **Série Antropologia**, vol.456, DAN/UNB, 2016.

DIAS, Adriana Schmidt. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu. Paraense. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, jan.-abr. 2007.

ETCHEVARNE, Carlos. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Vol. 1, No 1 | -1, 53-57, 2012.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: EDUSP, 2a. Edição, 1970.

FUNARI, Pedro Paulo A. Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads. **World Archaeological Bulletin**, Southampton, v.5, p.123-132, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo A. O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 163-168, dez. 1996.

FUNARI, P.P.A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. Andrés Zarankin e María Ximena Senatores (orgs), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 107- 116, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura**. Vol.65, n.2, pp.23-25. ISSN, 2013.

GALVÃO, Eduardo. Estudos sobre aculturação dos povos indígenas no Brasil. **Revista de Antropologia**. v.5, n. 1, 1957.

GASPAR, M. D. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 13:269-301, 2003.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica – Abordagens. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 161-183, Editora UFPR. 2013.

HOFBAUER, Andreas. Entre olhares antropológicos, e perspectivas dos estudos culturais e pós-coloniais: consensos e dissensos no trato da diferença. In: **Antropolítica**, no. 27, 2º sem, 2009.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**. Vol.18, n.37, pp.25-44, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerra e comércio entre os índios da América do sul. In: SCHADEN, Egon (org) **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 1976. p. 325-339

MARTINI, Daniel Moretto. Na Trilha dos Bororo: Um Histórico das Relações com os Paulistas. **Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História**. Campinas: Unicamp, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. O Estado de direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v.11, p.20-82, 1907.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência). Campinas: Unicamp, 2001.

NEVES, E. Twenty Years of Amazonian Archaeology in Brazil. **Antiquity** 72(277): 625-32, 1998.

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.14, n.4, pp.1239-1264, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: **Dispositio**, vol. 24, no.51, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, pp.118-142, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: cosmopolítica, poder e teoria em antropologia. In: **Série Antropológicas**, v.379, 2005.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: EPU/Edusp, 3ª edição, 1974.

SILVA, Fabíola A. Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu – Pará. **Horizontes Antropológicos**, 8 (18): 175-187, 2002.

SILVEIRA, F. L. A. da; LIMA FILHO, M. F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

TURNER, Terence. **Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica.** In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). História dos índios no Brasil, São Paulo: Cia das Letras, p. 311 – 338, 1992.

O NOVO SINDICALISMO ENTRE O ANTIESTATISMO E A REGULAÇÃO DA ECONOMIA: qual perspectiva¹ (1978-1994)?

THE NEW UNIONISM BETWEEN ANTI-STATISM AND THE REGULATION OF THE ECONOMY: what perspective (1978-1994)?

Gustavo Antonio das Neves Bezerra²

Resumo

O Novo Sindicalismo surgiu criticando veementemente a presença do Estado na vida social brasileira. Mas será que isso teria feito desse movimento um precursor inadvertido do neoliberalismo? Essa insinuação ecoa no espaço público brasileiro vinda de distintas posições sociais. Face a tal problemática, o presente artigo interroga duplamente o período de ascensão dessa fração política. Em primeiro lugar, inquire qual seria a melhor maneira de definir o seu projeto societário primevo. A segunda interrogação remete ao modo como o Novo Sindicalismo teria reagido, na primeira metade da década de 1990, ao fato de que alguns de seus valores foram usados para justificar a erosão de dois dos principais alicerces de seu crescimento organizativo, a saber, o crescimento das ocupações assalariadas e a regulação estatal das relações entre capital e trabalho. Optou-se por uma pesquisa documental que aciona fontes primárias, com foco nas resoluções dos congressos da CUT e do PT. A hipótese é de que o Novo Sindicalismo teria amalgamado a sua exigência de face dupla – por uma cidadania política inovadora e pela manutenção dos dispositivos trabalhistas de cidadania social – através de uma visão de mundo mais classista do que propriamente ideológica.

Palavras chave: classes; novo sindicalismo; redemocratização; autonomia; direitos.

Abstract

The New Syndicalism emerged vehemently criticizing the presence of the State in Brazilian social life. But would this have made this movement an inadvertent precursor to neoliberalism? This hint echoes in the Brazilian public space from different social positions. In view of this problem, this article doubts the period of rise of this political faction. First, ask what would be the best way to define your primeval corporate project. The second question refers to the way in which the New Unionism would have reacted, in the first half of the 1990s, to the fact that some of its values were used to justify the erosion of two of the main foundations of its organizational growth, namely, growth wage occupations and state regulation of the

¹ O artigo modifica e amplia um trecho de minha tese de Doutorado em Sociologia, defendida no IESP-UERJ em 2012 com o apoio da FAPERJ (bolsa nota 10).

² Professor do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ).

relationship between capital and labor. We opted for a documentary research that uses primary sources, focusing on the resolutions of the CUT and PT congresses. The hypothesis is that the New Unionism would have amalgamated its double-sided demand - for an innovative political citizenship and for the maintenance of the labor devices of social citizenship - through a more classist than properly ideological worldview.

Keywords: classes; new unionism; redemocratization; autonomy; rights.

O NOVO SINDICALISMO ENTRE O ANTIESTATISMO E A REGULAÇÃO DA ECONOMIA: qual perspectiva (1978-1994)?

O *Novo Sindicalismo*³, quando surgiu, criticou veementemente a presença do Estado na vida social brasileira. Mas será que isso teria feito dele e de suas florações organizacionais posteriores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), desde sempre liberais ou precursores ingênuos do neoliberalismo? Essa insinuação ecoa no espaço público brasileiro desde a década de 1990, vinda de distintas posições sociais. À esquerda, alguns setores cobram o Novo Sindicalismo por seu suposto descompromisso com a herança trabalhista e até mesmo com os avanços da Constituição de 1988. Atribuem à díade CUT-PT uma tardia reconciliação com a era Vargas, cujo adiamento teria contribuído para a sedimentação do neoliberalismo no Estado e no debate público durante a primeira metade dos anos 1990. Do outro lado do espectro ideológico, em postura semelhante, mas valorativamente invertida, grupos empresariais e intelectuais convertidos ao projeto da globalização via mercado passaram a acusar CUT-PT de ter traído sua postura crítica ao Estado.

O sentido de uma vez mais pesquisar o Novo Sindicalismo vem das próprias batalhas recentes em torno da memória do processo de redemocratização no Brasil, que têm trazido interpretações tão novas quanto deformadoras sobre o tema. Isso significa, em todo caso, que as avaliações sobre o destino dessa floração sindical seguem rachando o debate público brasileiro. Seu discurso e sua atuação, primeiro como grupo oposicionista (à ditadura e à “Nova República”) e mais tarde como grupo codirigente do aparelho de Estado (2003-2016), permanecem em tela de juízo no exercício de decifração de que país é este e, principalmente, na elucidação das pretensões e da potência da organização de sua classe trabalhadora.

Há um agravante que intensificou o interesse em retomar a investigação sobre o repertório dessa fração sindical: o fato de que o contexto simbólico neoliberal têm tido sucesso em recortar o debate

³ O artigo emprega grifos em itálico para conceitos e neologismos, aspas para categorias nativas empregadas pelo grupo estudado e grifos em negrito para enfatizar ideias contidas nos documentos originais aqui transcritos. Quando se fez relevante citar o ano original de algum texto citado mediante “*apud*”, a menção veio entre colchetes.

público a partir de seus próprios critérios, substituindo o tema das lutas de classe pelo da (in)utilidade⁴ do Estado. Na análise que faremos sobre a formação e a maturação do Novo Sindicalismo, aceitaremos parcialmente a pertinência desse debate acerca do Estado, mas restituindo a ele a grade cognitiva classista sobre a qual se baseavam as avaliações políticas do Novo Sindicalismo.

Para realçar o quão desconcertantes passariam ser os dilemas trazidos pela conversão repentina das classes dominantes brasileiras ao neoliberalismo após o fracasso do Plano Cruzado (cf. Sallum Júnior, 1999), lembre-se de que CUT e o Partido da Frente Liberal⁵ tiveram o mesmo posicionamento na Constituinte, em favor da liberdade sindical plena, enquanto, por outro lado, a central destoava do posicionamento de todas as demais entidades sindicais que se fizeram representar na Assembleia. Do lado patronal também houve disjunção entre as representações especificamente sindicais (como a da Confederação Nacional da Indústria), que defenderam a manutenção da organização corporativa de sindicato único prescrita pela velha CLT e, por outro lado, a postura liberalizante do Partido da Frente Liberal (cf. Almeida, 1996,181-185)⁶.

À luz de tais questões, o artigo interroga duplamente o período de ascensão do Novo Sindicalismo. Em primeiro lugar, inquire qual seria a melhor maneira de definir o seu projeto societário primevo. A segunda interrogação remete ao modo como o Novo Sindicalismo teria reagido, na primeira metade da década de 1990, ao fato de que alguns de seus valores (participação, autonomia da sociedade civil, aversão ao corporativismo, desqualificação do passado enquanto “atraso” etc.) foram usados para justificar a erosão de dois dos principais alicerces de seu crescimento organizativo (e de sua fabulação societária acerca do futuro), a saber, a massificação das ocupações assalariadas e a regulação estatal das relações entre capital e trabalho.

Do ponto de vista analítico, o artigo parte do pressuposto de que o repertório da ação coletiva do movimento pode ser recortado em dois eixos. O primeiro deles estaria referido à cidadania política, marcado pela incorporação de valores inovadores e considerados subversivos pela ditadura civil-militar. Nesse eixo, situavam-se as reivindicações por autonomia sindical, o direito ao voto universal, a ideia de autogoverno e o direito irrestrito à greve. Um segundo eixo seria o da cidadania social, pelo qual se

⁴ Como observou Foucault (2008), o traço característico do liberalismo como “arte de governar” é o deslocamento do tema da busca por justiça para o tema da busca pela “utilidade”, sendo esse termo definido pelo cálculo ou o balanço entre ganhos e perdas implicados na ação política.

⁵ Atual partido “Democratas” (DEM). O Partido da Frente Liberal foi um racha “modernizador” da Arena, (partido de situação nos tempos da Ditadura) mais afeito a se desincompatibilizar formalmente da herança autoritária (Catanhede, 2001).

⁶ Isso mostra que o PFL estava mais conectado com os novos modos de representação empresarial na cena pública apontados por Diniz e Boschi (1992) que com as tradicionais organizações patronais.

adotava uma atitude *corretiva*⁷ em relação à herança varguista composta pela tríade trabalhismo-nacionalismo-desenvolvimentismo. Como é bem sabido, sequer a ditadura havia rompido com tal herança, tendo preferido dar a ela uma nova direção política, diminuindo o acento trabalhista ao passo em que acentuava, em versão autoritária, o nacionalismo e o desenvolvimentismo⁸. Analisando em conjunto as duas dimensões da cidadania aludidas, temos que CUT era apenas parcialmente antitética ao regime militar e à herança de 1930 em geral, característica que passara despercebida aos observadores durante os anos 1980.

Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa documental que aciona fontes primárias, com foco nas resoluções dos dois congressos “pré-CUT” (1981 e 1983), de todos os congressos da entidade realizados na década de 1980 (1984, 1986, 1988) e dois CONCURTS da década seguinte (1991 e 1994). Também são mobilizadas as resoluções do PT da década de 1980, período em que o partido se assemelhava a um movimento social (voltado mais à produção e disseminação de valores do que à conquista de vitórias eleitorais) e comportava-se como uma espécie de extensão, na esfera política, da CUT (que, de forma simétrica e invertida, assemelhava-se a um partido, cf. CARDOSO, 2003).

Ainda que tais documentos tenham o limite de anular as acirradas disputas internas àquelas organizações, possuem a potencialidade de revelar-nos ao menos o tipo de relação que o chamado “campo majoritário” estabeleceu entre a cultura autonomista e o *Estado Social desenvolvimentista*⁹ (modo pelo qual, doravante, chamar-se-á aqui o modo de encaminhamento da “questão social” vigente da década de 1930 à década de 1990).

O material de pesquisa foi completado por um levantamento de trabalhos acadêmicos que tematizaram a memória da ação sindical cutista, mas sem fazer deles os principais “informantes” da pesquisa, por considerarmos que o filtro interpretativo dos autores nos levaria às já bem documentadas polêmicas intrassindicais que caracterizaram a época, mas ao prejuízo de distanciarmos-nos do foco aqui

⁷ O artigo emprega grifos em itálico para conceitos e neologismos, aspas para categorias nativas empregadas pelo grupo estudado e grifos em negrito quando se pretende enfatizar palavras contidas nos documentos originais aqui transcritos. Quando se fez relevante citar o ano original de algum texto citado mediante “*apud*”, a menção veio entre colchetes.

⁸ Sobre a tarefa corretiva a qual o regime militar se auto-atribuiu em relação à Revolução de 1930, veja-se por exemplo esse depoimento: “Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução de 1964 (...) Muitos de nós, os mais velhos, havíamos militado nas hostes revolucionárias de 1930. Ambos esses movimentos cívicos brotaram das mesmas fundas raízes brasileiras (...) E, em ambos, visava-se à criação de um Brasil maior, mais forte (...) A Revolução de 1930 encerrou todo o seu ciclo histórico, enfrentando vicissitudes várias e sofrendo naturais descaminhos, mas não faltou à sua destinação maior quando, na senda do desenvolvimento nacional, criou as bases iniciais da industrialização do país (...) É, a partir dessas bases, que o Movimento Revolucionário de 1964 está Construindo um Brasil Novo...(Geisel, 1977[1976]: 89-90).

⁹ Em Bezerra (2012), a ideia de um Estado social desenvolvimentista é um equivalente, em condições periféricas, do Estado Social conforme definição de Castel (1998). Em termos substantivos, o termo busca designar uma experiência de capitalismo reformado do pós-guerra (com base na relativa desmercantilização das relações de trabalho e na disseminação de bens e serviços públicos) adaptada para o caso brasileiro, a partir da incorporação das promessas de industrialização e de uma reforma agrária benigna às condições urbanas de assalariamento.

escolhido: o do conteúdo do projeto societário cutista, que amalgamava a reivindicação por autonomia organizativa com a da expansão dos direitos trabalhistas. As influentes análises de Leôncio Martins Rodrigues (1991), Gianotti e Neto (1991) Iram Rodrigues (1997), Almeida (1996), Cardoso (2003) e Oliveira (2011) não mencionam conflitos significativos em torno do referido tema¹⁰. Por outro lado, é preciso notar que outros trabalhos já efetuaram análises voltadas à nuançar o “novo” no sindicalismo cutista, tendo influência sobre a presente pesquisa (por exemplo, Santana 1999 e Negro 1999) A hipótese é de que o Novo Sindicalismo teria amalgamado a sua exigência de face dupla – por uma cidadania política inovadora e pela manutenção e aprimoramento dos dispositivos trabalhistas de cidadania social – através de uma visão de mundo mais *classista* (vinculada, portanto, a um lugar social e seu grupo ocupante) do que propriamente ideológica (no sentido da escolha de uma metafísica doutrinal). Isso significa que a possibilidade de articulação daqueles enunciados aparentemente contraditórios, que a um só tempo negavam e afirmavam a obra da Revolução de 1930, estaria no projeto de colocar a direção política do país nas mãos de uma classe trabalhadora “autônoma”, que conduziria os tradicionais dispositivos de enfrentamento da questão social num viés radicalmente democrático e participativo.

O final do artigo efetua um diálogo com um dos mais influentes e pioneiros estudiosos das relações entre Estado e sindicatos no Brasil, que é Luiz Werneck Vianna, autor de “Liberalismo e Sindicato no Brasil”. O autor defende, há muitos anos, que as florações organizativas advindas do Novo Sindicalismo (CUT e PT) teriam sido plasmadas “pelo” e “para” os interesses de mercado, o que as tornaria supostamente avessas aos temas da “república” e da política (fenômeno do qual a votação contrária da bancada do PT à aprovação da Constituição de 1988 teria sido expressão máxima). O artigo busca, a partir do material empírico, ao menos nuançar tais juízos.

Sujeitos e beneficiários do projeto social do novo sindicalismo

Neste ano de 1981, a pressão de uma gravíssima recessão econômica, voltada para manter os interesses das poderosas empresas *multinacionais*¹¹ e os grupos *monopolistas nacionais*, provoca crescente sofrimento da classe trabalhadora brasileira. Os trabalhadores têm sido historicamente *marginalizados* da vida política brasileira. Vivem sufocados por baixos salários, muitas vezes sem as mínimas condições de trabalho (...) as 183 entidades abaixo assinadas, reunidas em São Paulo no dia 21 de março de 1981, conclamam *todos os trabalhadores brasileiros* que vivem *na cidade e no*

¹⁰ Oliveira (2011), por exemplo, considerou que as diferenças internas ao Novo Sindicalismo foram pouco significativas na primeira fase, quando o antagonismo se dava contra grupos sindicais “externos” (que mais tarde formariam a Confederação Geral dos Trabalhadores), tendo como objeto os problemas de organização sindical e não de programa social. Apenas depois da Constituição de 1988 e da subsequente reação neoliberal é que dentro do Novo Sindicalismo teria surgido um cisma mais significativo, referido ao grau de virulência desejável de suas reivindicações (sindicalismo “contratual” versus “de enfrentamento”). Em todo caso, O autor não documenta a ocorrência de polêmicas em torno da pertinência ou não do modelo legislado de Direito do Trabalho vigente no país.

¹¹ Todos os grifos em itálico nos documentos originais foram feitos pela autoria do artigo, exceto quando especificado.

campo a participar da 1ª. CONCLAT (...) realizando reuniões nas *fábricas, fazendas, oficinas, lojas e escritórios*, preparando assim uma grande CONCLAT! Pela *estabilidade no emprego*, contra o desemprego e a redução da jornada de trabalho com redução dos salários, *contra a política recessiva do governo e dos patrões*, pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo, pela reforma agrária... (CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA *apud* CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1981]).

A conclamação para a “1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora”, de 1981, é considerada pela CUT como o seu documento preparatório mais ancestral. É um documento curto, cabível numa simples lauda. Sua concisão, entretanto, contribui ainda mais para ilustrar de modo explícito uma das principais construções simbólicas que acompanharia a futura central ao longo do tempo: a consagração de uma noção de classe social centrada numa categoria ampla de “trabalhador”¹², formada por uma multiplicidade de experiências no mundo profissional e na vida social (agregadora de médicos a trabalhadores braçais), que estariam unificados pelo fato de viverem da renda gerada diretamente pelo trabalho (não importando qual o montante de renda auferida), em contraste àqueles dotados de posição patrimonial. Do mesmo modo, não interessava a origem da renda do trabalhador¹³: funcionários públicos, assalariados de firmas privadas, trabalhadores por conta própria e profissionais liberais teriam interesses convergentes, sendo então impensável considerar que algum destes segmentos pudesse significar um obstáculo à elevação do padrão de vida do outro¹⁴.

Tal construção histórica do sujeito “classista” não se deu ao acaso. A classe trabalhadora nomeada pela CUT tinha parentesco lógico com a classe operária inglesa estudada por Thompson. Ambas as criações classistas estiveram embebidas numa dinâmica relacional, que lembra às ciências sociais a importância do pensamento dialético. O trabalhador do classismo cutista soube ser múltiplo porque reunia de modo direto todos os que seriam submetidos e marginalizados por um Estado historicamente autoritário e por um “grande” patronato atrelado àquele, praticante do autoritarismo intraempresa. A oposição de classe capaz de unificar as maiorias não acabaria aí. Embora ausente do panfleto fundador,

¹² Entre os sindicatos e associações profissionais, vindos de diversas partes do país, que assinaram o documento, estavam: vidreiros, economistas, alfaiates, eletricitários, operários fabris diversos, empregadas domésticas, bancários, jornalistas, trabalhadores em oficinas mecânicas, aviários, arquitetos, motoristas, desenhistas e projetistas, metroviários, joalheiros, padeiros, contabilistas, empregados no comércio, telecomunicações, mais de uma dezena de sindicatos rurais, entre outros.

¹³ Ressalte-se, de qualquer forma, que não era a primeira vez que se evocava tal pluralidade como parte de uma mesma causa. Nos documentos do PCB, do período imediato pós-guerra, também havia o esforço por se constituir congregações análogas.

¹⁴ Cabe não naturalizar muito tal construção. Lembre-se de que a ideia de que os setores laborais mais “organizados” se opõem aos “desorganizados” faria forte concorrência ao arrazoado *classista inclusivo* da CUT, a partir da segunda metade da década 1980. O contraste entre os dois arrazoados será objeto de detido exame ao longo do presente capítulo.

o capital financeiro completaria nos documentos futuros a descrição do quadro do conluio político operado contra a maioria trabalhadora.

Mas o que uniria, afinal, esses agentes enquanto “inimigos” da classe trabalhadora? A análise documental nos traz a imagem de um *Outro* que é sempre um monopólio usurpador. A noção de monopólio aqui é fundamental para o entendimento da construção do inimigo classista operada pelo Novo Sindicalismo: é notável como a empresa nacional concorrencial (não-monopolista) nunca era explicitamente citada como adversária.

O Partido dos Trabalhadores chegaria a fazer uma empedernida defesa dos direitos de propriedade da “pequena burguesia” em documento estabelecido em seu quarto encontro nacional, situando aquele grupo como um aliado interno às “classes trabalhadoras” (Partido dos Trabalhadores, 1998 [1986], p. 253)¹⁵. Do mesmo modo, a apologia aos “de baixo” levaria a CUT a defender no seu congresso de fundação o direito ao voto de soldados e cabos (velha reivindicação comunista), ainda que esses fizessem parte de um segmento social que era seu antagonista na política.

A menção ao usurpador se dá, em regra, precedida pelo epíteto “grande” (grandes empresas, grande capital) ou remete a superlativos *per se*, como a menção às multinacionais. O grande era um adversário e o pequeno era um aliado em qualquer arena. Às cúpulas (sindicais, governamentais etc.) opunha-se, como valor, as bases, as organizações por locais de trabalho e as demandas por eleições diretas para todo e qualquer tipo de cargo. Por essa lógica, fazia-se também apelos à descentralização das atribuições governamentais, tratando-se a escala “local” como mais permeável ao clamor das bases. Tal oposição ao grande é importante pois, sobre a sua positividade oposta, a do pequeno, foram assentadas algumas definições futuras, dizendo respeito, por exemplo, à defesa da pequena propriedade rural.

Não se tratava, todavia, de uma rejeição pós-moderna às grandes dimensões típicas das estruturas sociais do fordismo. A crítica focalizava mais propriamente as questões da verticalidade e da hierarquia. A relação com as grandes dimensões era, de certo modo, dialética: aproveitar-se-ia as grandes dimensões (do sindicato, da central de lutas, do partido de classe) para promover uma democracia de massas horizontal, dentro e fora das relações de trabalho. Particularismos deveriam ser reconhecidos para agrupar “autenticamente”, não para redundar em dinâmicas de isolamentos e compartimentações. Almejava-se ter a mesma morfologia agigantada dos inimigos (o grande Estado autoritário e o grande monopólio capitalista) de modo a sobrepujá-los na condução da vida social.

¹⁵ “...só é possível conquistar, para esse projeto comum, o apoio e a participação das grandes camadas da pequena burguesia rural e urbana, na luta pela radical transformação da sociedade rumo ao socialismo, no Brasil, se forem asseguradas a tais camadas condições reais do progresso social – sem ameaças a seus limitados meios de produção” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998 [1982], p. 253).

A construção de um repertório de valores negativos, contra os quais os trabalhadores deveriam combater unificadamente, era um expediente essencial para a construção da identidade da classe e para constituir balizas de orientação da ação prática nas interações (quase sempre deliberadamente conflituosas) com o Estado e o patronato. Entre tais valores negativos, enumerava-se certo conjunto de epítetos, como: corporativismo, parasitismo, aparelhismo, patrimonialismo, paternalismo, burocratismo e cartorialismo.

Por fim, no que diz respeito à produção desse sujeito, é preciso fazer uma importante ressalva. Ainda que a noção ampliada e inclusiva de trabalhador esteja bem presente ao longo do tempo nas resoluções dos CON CUTs, ela é constantemente anulada por outra representação corriqueira: trata-se do fato do trabalhador ser reduzido, em diversos trechos dos mesmos documentos, à figura do assalariado e, principalmente, do assalariado formalizado e sindicalizado. Mais do que um descuido, a contradição parece apontar principalmente para um sintoma do contexto: a questão é que o assalariado formal sindicalizado parecia representar o futuro (enquanto base da universalização de conquistas sociais no tecido social brasileiro).

Por outro lado, a Central percebia tal contradição. Há um amplo leque de passagens nas quais ela se coloca a tarefa de estabelecer mais ativamente uma relação com o mundo externo ao *salariado*. Tratar-se-ia, em tal reflexão, não de uma sobre-exposição à classe, mas de um resto tido como pré-sindical, enraizado no seio da classe trabalhadora. Haveria um campo popular não-sindicalizado¹⁶.

A existência desse resto, às vezes tido como “miserável”, como “popular”, como “desempregado” ou “marginalizado”, era em larga medida agenciado para justificar a *reinvenção do social* (BEZERRA, 2012) que a CUT buscava operar, num momento em que a redemocratização deslegitimava a ideia de que os debates em torno do tema deveriam ser refreados em nome do combate à subversão. A própria atenção que a CUT dava às questões relativas ao trabalhador rural, figura alijada dos direitos trabalhistas até 1988, sugeria a intenção de estabelecer uma espécie de política compensatória¹⁷ no seio da própria classe trabalhadora. Uma das maiores demonstrações da preocupação da CUT com o trabalhador rural (e de uma preocupação de cunho compensatório) foi o estabelecimento, no seu primeiro estatuto (1984), de que o vice-presidente da entidade seria sempre, necessariamente, de origem rural.

¹⁶ Logo no Artigo 2 de seu estatuto, a CUT declarou que “Seu princípio é fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais ou particulares dos trabalhadores brasileiros bem como do povo explorado” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1983]). Há, portanto, um enquadramento do “popular” que não se define pelas relações de trabalho, mas por uma forma abrangente de subordinação capaz de unificar trabalhadores e não-trabalhadores.

¹⁷ No sentido de que a reorientação da política nacional deveria redundar num esforço maior de direcionamento de fundos públicos para os trabalhadores rurais que urbanos, ressaltando-se que a fonte maior destes fundos públicos deveria advir da expropriação ou tributação dos capitais e não das rendas de trabalhadores urbanos.

A relação entre um *whitecollar* assalariado e um miserável não seria de oposição, mas de complementaridade política, na medida em que melhorariam de vida somente pela união contra o conjunto de subordinações operadas pelo Estado e pelo patronato monopolista. Tal arrazoado nivelador (mas não equalizador) pode ser enquadrado como parte de uma utopia devotada à construção de uma “sociedade de semelhantes” (CASTEL, 2005, p. 35), típica dos países de pacto social mais forte no contexto do pós-guerra. Num modelo social como esse, as pessoas encontrariam, a despeito de suas diferenças, na generalização do assalariamento coletivamente regulado as proteções sociais necessárias ao enfrentamento da condição de vendedores de força de trabalho. O socialismo, por esse prisma, afirmado pelo PT pela primeira vez seis anos depois de sua fundação, tendia a ser visto como o prolongamento e a intensificação desses dispositivos de autogoverno e de segurança social:

A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores. Isto significa ser favorável à liberdade de associação e organização, à livre expressão de ideias, à liberdade de culto, ao direito social à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical. Aos trabalhadores caberá a tarefa de institucionalizar o Estado socialista através de um processo constituinte livre e democrático, que garanta os direitos e liberdade e que também assegure, dentro da nova legalidade, instrumentos e *meios de defesa da sociedade* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998 [1986], p. 256).

A substância do projeto societário do novo sindicalismo

“A legislação trabalhista no Brasil não exprime os interesses da classe trabalhadora...”. Assim começava a resolução “Direito do Trabalho”, aprovada pela Conferência Nacional da Classe Trabalhadora de 1981 (CONCLAT). O texto segue:

...e pelo seu [da legislação trabalhista] caráter anti-democrático distorce e contraria os sonhos e conquistas do povo, mantendo e aprofundando a situação de insegurança e miséria que marginaliza milhões de trabalhadores, entravando a sua organização” (CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA *apud* CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1981]).

O que se pode interpretar desse toque de tímpano que abre a 1ª CONCLAT? Nada além do que a literatura acadêmica sempre mencionou: a vontade de recusar radicalmente o passado. Mas o que vem a seguir? “Os trabalhadores brasileiros exigem um *Código Nacional de Trabalho elaborado através de amplas discussões pelos trabalhadores* e seus sindicatos, como um passo fundamental para o estabelecimento de uma efetiva democracia” (IBIDEM). Onde está colocada a “inovação”? Sem dúvida na entrada em cena do sujeito político capaz de completar o Estado Social Desenvolvimentista no Brasil. Mas, para o debate

público contemporâneo, o mais importante é notar o seguinte: não havia crítica formal ao passado, no que dizia respeito à necessidade de um Direito do Trabalho garantido pelo Estado¹⁸.

Como mais um sintoma de que a CONCLAT dedicou grande parte de seus esforços criativos a aprimorar uma herança, o que se segue aos trechos já transcritos é a reivindicação por um Código Nacional do Trabalho (CNT) que seria, na verdade, uma espécie de nova CLT (dessa vez produzida pela própria classe) contando com um amplo detalhamento de direitos e proteções sociais. Outra evidência de que a ruptura com a CLT seria muito seletiva está contida num trecho que vem pouco depois:

Que seja formado um grupo de trabalho, composto por representantes do movimento sindical e assessoramento da OAB e da Associação Nacional de Advogados Trabalhistas, para elaborar, em prazo curto, um código Nacional do Trabalho. Este grupo de trabalho deve (...) elaborar um *Código Simples*, que seja compreendido, discutido e assumido por todos os trabalhadores brasileiros e seja uma alternativa às investidas, golpes e pacotes, do governo e dos patrões. Enquanto não existir o CNT, lutar: *pela revogação imediata do Título V da CLT; pleno cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho de proteção aos trabalhadores e demais direitos trabalhistas* (CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA *apud* CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1981]).

O trecho possui ao menos duas menções claramente dirigidas ao “novo”. A ideia de que o Código deveria ser simples representa uma crítica ao caráter burocrático atribuído à CLT, que, no imaginário cutista primevo, representaria um documento imposto e alheio à realidade das relações de trabalho no país. A legitimidade para descrever tais relações e para prescrever as regulações mais pertinentes estaria basicamente com as associações sindicais e seus consultores.

A afirmação mais contundente, contida ali, em direção à novidade diz respeito à supressão do “Título V” da CLT. Trata-se do trecho especificamente relativo à organização sindical. Observe-se, em síntese, que a CONCLAT não propôs a desestatização de qualquer direito, proteção ou benefício trabalhista, mas apenas o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos, que era garantida por aquele dispositivo legal. As expectativas de incremento das negociações diretas (entendidas sempre como coletivas) entre patrões e trabalhadores não implicavam a defesa da extinção do modelo legislado de relações trabalhistas no Brasil, mas sim uma coexistência de regulações estatais e sindicais para qualquer situação.

Mas o documento de 1981 não se contentou em pleitear um novo repertório legislativo de direitos trabalhistas de modo abstrato. Mesmo querendo um código mais enxuto, o documento apresentou uma

¹⁸ A CUT viria se contrapor apenas ao dispositivo conhecido por “poder normativo” da Justiça do Trabalho, por considerar que a mesma tendia a beneficiar os patrões nos dissídios coletivos.

vasta e detalhada proposta de novos dispositivos de proteção social. Esses eram inovadores de duas maneiras alternativas: ou pelo ineditismo do que tomavam por objeto ou por ampliarem o espectro de cobertura de direitos pré-existentes. Tem-se, ao todo, 16 grandes itens vinculados especificamente ao tema do Direito do Trabalho¹⁹, contendo 80 sub-itens²⁰, voltados a subsidiar o futuro Código Nacional do Trabalho.

Na verdade, a maior parte dos dispositivos de proteção está em outro item, que é de longe o mais volumoso de todas as resoluções da CONCLAT de 1981. O documento relativo à “Saúde e Previdência Social” critica a política de saúde da ditadura militar, qualificada de “elitista e privatizante, [que] privilegia as grandes empresas médicas privadas, a indústria multinacional de medicamentos e equipamentos, em detrimento do trabalhador” (CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA *apud* CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1981]).

O mais explícito indicador de que o programa cutista visava o aprofundamento do Estado Social desenvolvimentista está nas proposições voltadas a vincular permanentemente o trabalhador não só a um grupo socioprofissional, mas a um posto de trabalho específico dentro de uma firma. O emprego estável seria não apenas um caminho para vincular o trabalhador a um conjunto de direitos valorizáveis no presente, mas para atá-lo a uma categoria socioprofissional politicamente mobilizável. O congresso de fundação da CUT, em 1983, estabeleceria como bandeira de luta a “proibição do trabalho temporário, efetivando os trabalhadores que se encontram nessa situação” e o reconhecimento de que “todo trabalhador empregado seja considerado estável desde o primeiro dia de trabalho”. O mesmo congresso recusaria a extensão do FGTS para o trabalhador rural, por entender que o Fundo de Garantia era uma forma de flexibilizar o estatuto de jurídico da “estabilidade”. Esse é que deveria ser recriado e estendido aos trabalhadores rurais.

O II Concut (1986) viria reafirmar a demanda pela “efetivação dos trabalhadores temporários e fim do trabalho temporário em todo território nacional”. Aparentemente, a dramática emergência pública do trabalhador boia-fria durante a redemocratização fazia com que a CUT tivesse reforçada a visão

¹⁹ Direito ao Trabalho; Estabilidade no Emprego; Seguro-Desemprego; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Direito de Greve; Convenção Coletiva de Trabalho; Salário Mínimo Real Unificado; Salário Profissional; Fiscalização do Trabalho (Higiene e Segurança do Trabalho); Jornada de Trabalho; Direitos da Mulher Trabalhadora; Trabalho do Menor; Direitos dos Trabalhadores Domésticos; Justiça do Trabalho.

²⁰ Entre tais dispositivos, alguns são caros a nossa caracterização do projeto societário cutista enquanto um projeto de regulação salarial: a demanda pela garantia de “que toda relação de trabalho gera um vínculo empregatício, gerando direitos e acessos aos benefícios sociais...” (primeira de todas as reivindicações); a defesa da extinção do contrato individual de trabalho; o reconhecimento jurídico da categoria “empregado doméstico”; “devolver e garantir as prerrogativas da Justiça do Trabalho para a solução dos conflitos que não possam ser solucionados pelas convenções coletivas de trabalho”; “criar um Código de Processo [judicial] do Trabalho com a participação dos sindicatos na sua elaboração”.

plenamente negativa dos trabalhos sem vínculo permanente²¹. Se perseguir o pleno emprego vitalício foi vivido como norma social em diferentes experiências europeias do pós-guerra, no Brasil essa figura foi assimilada como um ideal e o Novo Sindicalismo não representou exceção à regra.

A CUT e a herança desenvolvimentista: expurgar o autoritarismo

O sindicalismo reemergia na cena pública brasileira num contexto de grave crise econômica. Se a inflação e os baixos salários eram velhos conhecidos da experiência brasileira, dois novos eventos adicionavam-se para formar um cenário de grandes dificuldades: a interrupção de um processo de crescimento econômico vigoroso e relativamente contínuo; e, principalmente, o aparecimento do desemprego como fenômeno massificado. Os grupamentos sindicais favoráveis à formação da CUT (completada somente em 1983) promoviam uma reflexão acerca dessa crise econômica de novo tipo, de modo a interagir no debate nacional e a fortalecer o seu repertório de demandas transformadoras. E qual teria sido o diagnóstico cutista para a crise? Em 1981, a ainda CONCLAT respondeu do seguinte modo:

A crise econômica em que o governo mergulhou o país com a implantação de uma política nitidamente *recessiva*, de acordo com os interesses dos banqueiros e grandes empresas nacionais e estrangeiras, está levando a classe trabalhadora a uma situação de insegurança e de extremos sacrifícios. A pretexto de pagar a *enorme dívida externa que os governos autoritários vêm contraindo* ao longo dos anos, os atuais governantes decidiram que a ordem é *entregar* a Bacia de Campos, os minérios de Carajás, as terras de Mato Grosso, Minas e Goiás; *internacionalizar* os sistemas financeiros, desnacionalizar o que resta da empresa privada nacional e *privatizar* empresas estatais mais rentáveis (...). Não temos, no país, um *real planejamento econômico* em todos os níveis. CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA *apud* CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1981]).

Nesse prisma, os efeitos deletérios do capitalismo deveriam ser mitigados pela ação reguladora de um Estado nacional condutor da economia, a partir do planejamento e do engajamento produtivo direto em certos setores na forma da empresa pública. Não há nesta questão, portanto, qualquer ruptura com o pensamento esquerdista anterior ao golpe de 1964. A CUT reafirmaria tais posições em diversos congressos, muitas vezes qualificando tais posições enquanto “anti-imperialistas”.

²¹ Repare-se que, antes da consolidação do Estado Social Desenvolvimentista no Brasil, a postura sindical não rara era oposta. Ou seja, considerava-se que era preciso lutar pela mobilidade ocupacional do trabalhador, quanto mais para o trabalhador qualificado. Por exemplo, os gráficos paulistas, em 1929, após experiência de greve, diriam que, entre as suas tarefas imediatas, estava: “Iniciar o trabalho de colocação dos operários que não quiseram voltar às antigas oficinas. Revoltados pela atitude reacionária dos ex-patrões durante o movimento que ora finda” (*Apud* CARONE, 1984: 103).

O FMI e a dívida externa eram repelidos por ameaçarem tal arranjo regulador, tirando a capacidade operatória do Estado nacional. O Estado autoritário seria, então, também um Estado “entreguista”, cabendo à classe trabalhadora estabelecer o potencial democrático e progressista da ação reguladora estatal. É bem verdade que os documentos da década de 1980 eram tímidos quanto a uma adesão mais explícita à noção de desenvolvimentismo. De qualquer forma, afirmava-se que o potencial do país para gerar empregos estava comprometido pela hegemonia do capital financeiro, que drenava recursos públicos para o pagamento de juros da dívida externa. Assim, propunha-se como uma das soluções para a crise econômica um:

“programa de gasto de investimentos [sic] públicos, gerador de empregos, e não dependente de importações (...) Estímulo à produção de gêneros alimentícios e de primeira necessidade, congelamento de seus preços (...) reforma agrária ampla (...) Reforma tributária com incidência maior de impostos sobre ganhos de capital...”
(CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA *apud* CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1981]).

No II CONCURT, de 1986, a entidade incentiva uma “Campanha em Defesa das empresas Estatais, pela democratização da Ação do Estado e pela estatização dos serviços básicos” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1986]). Por outro lado, observe-se que essa versão de Estado Social Desenvolvimentista era altamente crítica das práticas de fomento ao crescimento econômico do período autoritário. No início dos anos 1980, CUT e PT se posicionavam explicitamente contra a construção de grandes barragens, grandes projetos mineradores e projetos de colonização em regiões de fronteira econômica. Por exemplo, o congresso cutista de 1983 se colocava contra os projetos de colonização do Cerrado e da Amazônia “inclusive os de barragens e usinas hidrelétricas”, por entender que atendiam à expansão dos interesses privados das grandes corporações e não da classe trabalhadora²². Do mesmo modo, o congresso seguinte proporia a “nacionalização e a estatização da mineração” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1984]) no país, como forma de reordenar as atividades laborais e a destinação dos recursos envolvidos na atividade.

Não havia, portanto, apologia de um crescimento econômico a todo custo. As variáveis qualitativas das práticas de “desenvolvimento” eram tão ou mais importantes que as quantitativas. Por fim, cabe registrar que as estratégias de regular politicamente as relações econômicas não coincidia com

²² No congresso de 1988, a entidade denunciaria a falta de consulta às populações atingidas por barragem, mas cobraria basicamente o direito a um reassentamento em melhores condições, sem propriamente fazer críticas ao modelo energético e seus vínculos com o modelo de acumulação de capitais em marcha. Por outro lado, continua a ênfase na defesa de populações não-urbanas espoliadas como seringueiros, indígenas e ribeirinhos. A entidade também se colocou contra “a criação de colônias indígenas, a militarização da Amazônia e o Projeto Calha Norte” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018 [1988] p. 58).

a intenção de transformar o país numa autarquia: na medida em que a integração internacional da economia brasileira aumentava de intensidade, os CONCURSOS foram dando destaque à necessidade de uma atuação “internacionalista” dos trabalhadores e à expansão da regulação internacional sobre os fluxos de capital. A Central também manteve a orientação de qualificar as inovações tecnológicas como conquistas civilizacionais, que permitiriam a própria redução das jornadas de trabalho, desde que as decisões sobre as mesmas não fossem tomadas privadamente pelos empregadores.

O novo sindicalismo era afim ao liberalismo econômico? Interpelação à Werneck Vianna²³

No primeiro momento, a produção acadêmica sobre o retorno da visibilidade pública da ação sindical destacou, com veemência, a vontade de inovação que impregnava a “voz” dos agentes estudados. Mais do que isso, buscou-se também cancelar a autenticidade de tal inovantismo, particularmente pela invenção acadêmica do termo *Novo Sindicalismo*. Para Perruso (2009), não houve somente cancelamento, mas um efetivo processo de codeterminação do fenômeno, considerando-se a proliferação de práticas de assessoramento acadêmico ao movimento sindical. Por meio dessas, os pesquisadores irradiavam um quadro favorável a que os sindicalistas se apresentassem, simbolicamente, como inovantistas plenos.

Porém, não tardaria a aparecer uma nova geração de estudos sobre o Novo Sindicalismo (em parte elaborados pela mesma leva de pesquisadores), que matizaria o grau de ruptura efetivamente alcançado²⁴. A presente pesquisa dialoga com tal exercício de matização, indicando que, de fato, o passado estava incrustado no programa societário do Novo Sindicalismo, na medida em que era sobre a conhecida tríade trabalhismo-nacionalismo-desenvolvimentismo que esses agentes fabulavam as suas futuras conquistas. Observando-se as continuidades e discontinuidades contidas nos documentos cutistas, é possível perceber que a alegada “fraude” do pretérito era atribuída não a um projeto regulador (de anteparo ao capitalismo) equivocado em si, mas a uma condução politicamente inautêntica do mesmo: somente a classe trabalhadora poderia utilizar o Estado e os sindicatos como efetivos dispositivos de regulação do capitalismo, reorientados a intensificar a capacidade auto-organizativa dessa mesma classe.

²³ Não é que Vianna acuse o Novo Sindicalismo e suas florações institucionais de terem um DNA privatista, mas seu enquadramento também não se volta a desfazer tal possível mal-entendido, deixando no ar uma certa ambiguidade em relação ao tema, quando fala do mercado como principal matriz explicativa das posições normativas dessa fração sindical. Por exemplo, em entrevista concedida em 2002, o autor diria que, na campanha presidencial daquele ano, “Lula trouxe o sindicalismo para o contexto republicano, embora seu partido tenha nascido fora desse contexto e, em certo sentido, contrário a ele. Aí está o sindicalismo como personagem da vida republicana, e não como simples força social do mercado” (VIANNA, 2006, p. 131).

²⁴ Por exemplo Santana (1999).

Assim, a sua adesão corretiva ao Estado Social desenvolvimentista ficava como ponto cego (e onipresente) de sua performance pública.

O acento procedimentalista de classe do Novo Sindicalismo e de seus aliados acadêmicos, que a alguns soou falta de projeto²⁵, não derivava de uma suposta falta de reivindicações substantivas, mas da adesão a um projeto histórico que não lhes cabia desfazer, pois jamais teria sido “autenticamente” conduzido. A CUT não era meramente experimentalista, espontaneísta (por oposição ao modo de ação “planejado” dos comunistas) ou *basista*: era simultaneamente um produto e um agente histórico da regulação trabalhista-nacionalista-desenvolvimentista construída décadas antes pelas interações conflituosas entre capital, trabalho e Estado no Brasil. O seu repertório de demandas por dispositivos regulatórios da acumulação de capital era *mais do mesmo* e seu diferencial residia na intensidade e na amplitude da regulação almejada, brandidas como provas da autenticidade de um processo liderado pela base.

De qualquer forma, vale destacar que, no esforço por consagrar um Estado Social Desenvolvimentista autêntico, os agentes do Novo Sindicalismo costumavam ansiar por uma inversão do veículo de regulação: substituir o Estado (de quem desconfiavam muito, inclusive da Justiça do Trabalho) pelo sindicato²⁶, não só como ente regulador, mas também como ente gestor de fundos públicos²⁷.

Feitas tais observações, faz sentido dialogar com a narrativa de Werneck Vianna em relação ao problema do *americanismo* nos meios sindicais. O reputado autor de “Liberalismo e Sindicato no Brasil” vem há muito se notabilizando no debate público brasileiro pela argumentação de que o sindicalismo surgido no ABC teria uma afinidade de origem com as práticas de desestatização da economia. Mobilizando Gramsci (mas ecoando também a Sérgio Buarque de Holanda) para opor analiticamente *americanismo* (mundo dos interesses econômicos) a *iberismo* (mundo organicista da nação e dos valores), Vianna vincula o Novo Sindicalismo à primeira matriz dado que “seu mundo é o do mercado, da fábrica, da negociação sobre o salário e as condições de trabalho, e não a república” (VIANNA, 2006, p. 57). O autor acrescenta que o encontro dessa matriz política com o tema do “nacional-popular” teria acontecido

²⁵ Para uma interpretação leninista crítica da alegada falta de programa especificamente do PT em suas origens, ver Montenegro (2009).

²⁶ No primeiro debate dos presidencialistas de 1989, por exemplo, Lula declarou que o papel do Estado não era intervir na definição dos salários, mas permitir que os sindicatos negociassem livremente, inclusive para ganhar acima da inflação (ganho que o governo procurava impedir em diversos momentos da Nova República). Disponível no sítio do *youtube* em setembro de 2011.

²⁷ No item “questão nacional”, o documento produzido pelo *Movimento pelo PT* apresentou a demanda do “controle popular dos fundos públicos” (Partido dos Trabalhadores, 1998 [1979], p. 60). O documento da CONCLAT, de 1981, afirmava que “o FGTS(...) constitui um fundo a ser gerido pelos trabalhadores”.

somente no final da década de 1990, por ocasião da aliança eleitoral desses setores com o trabalhismo de Brizola (IBIDEM, p. 65).

Segundo os achados da presente pesquisa, a ideia de americanismo para caracterizar o Novo Sindicalismo e, mais particularmente a extração vinda do ABC paulista, só é pertinente desde que se observe que o americanismo deve ser distinguido, analiticamente, de uma postura privatista. Observe-se que Vianna toma por base *Americanismo e Fordismo*, texto escrito por Gramsci em 1934, que não aborda os efeitos do *New Deal rooseveltiano*²⁸. Isso o leva passar ao largo da via americana de regulação social da acumulação capitalista, inventada nos anos 1930, centrada na contratação coletiva e no fortalecimento sindical incentivado pelo Estado²⁹. O americanismo do Novo Sindicalismo só poderia ser entendido como afim à experiência dos EUA do período que superou a alternativa fordista “pura”, que até então se destacava pela livre iniciativa empresarial voluntarista³⁰ e o anti-sindicalismo. O americanismo, quando aparecia nos discursos, basicamente remetia à demanda pelo retorno à “livre-negociação” salarial entre patrões e empregados, expediente proibido durante a ditadura (cf. ALMEIDA, 1996) e cuja adoção serviria para a conquista de reajustes superiores ao estipulado pela “política salarial” do governo³¹.

Pode-se dizer que a narrativa de Vianna aceita e reifica a autenticidade novidadeira daquele movimento, a despeito de não gostar de tal programa. Entretanto, fontes diversas revelam que não se acaba com uma tradição por voluntarismo. Em embates concretos, os velhos repertórios eram acionados *ad nauseam* pelo Novo Sindicalismo.

Cabe examinar mais de perto, para confrontar Vianna, o tipo de crítica que a CUT faria ao processo constituinte de 1986 a 1988. O exame dos documentos sugere uma contundente inconformidade, porém de tipo corretiva: afirmava-se que o processo de elaboração da nova carta iria ser comandado por forças conservadoras, que haviam proscrito uma autêntica Assembleia Nacional Constituinte em prol de um espúrio “Congresso com poderes constitucionais” (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2018, [1986]). Assim, a estratégia não deveria ser o boicote à constituinte,

²⁸ O americanismo conhecido por Gramsci é o do voluntarismo empresarial, inspirado por Henry Ford. A nova disciplina do trabalho tinha uma faceta positiva, em termos de redução de jornada e aumentos salariais para os trabalhadores mais dóceis, o que só foi possível pela racionalização taylorista e a adoção de maquinário inovador que permitiam o aumento da mais-valia relativa sobre trabalhadores desqualificados. O *New Deal* introduziu, em contraste, as obrigações coletivas, a regulação social da economia, o fortalecimento dos sindicatos (o que Ford sempre temera e rechaçara) e a expansão da demanda a partir de gastos públicos.

²⁹ Note-se que o Direito do Trabalho americano, a despeito de não girar em torno do Estado, tem o mesmo objetivo de desmercantilizar as relações entre capital e trabalho e foi, desde o início, influente sobre o Direito do Trabalho internacional (cf. SILVA e HORN, 2008).

³⁰ Harvey (2004) demonstrou que o fordismo só se tornou efetivamente o “modo social total de vida” preconizado por Gramsci quando, contrariando o próprio liberal Henry Ford, o ajuste entre oferta e demanda de massas (com elevação da produtividade e disciplina no trabalho e no consumo) passou a ser organizado pelo Estado e pelos sindicatos.

³¹ As “leis salariais” vigoraram em 1965 a meados dos anos 1980. Tratava-se de regras de recomposição salarial perante a inflação, que substituíam (pela proibição) as livres negociações entre patrões e empregados.

mas criar ampla mobilização social no sentido de obter uma carta moldada aos interesses da classe trabalhadora. No congresso seguinte (1988), a entidade abusaria dos adjetivos negativos para descrever o documento saído da constituinte, em clara postura isolacionista. No todo, entretanto, a postura era ambígua, pois valorizava as “vitórias” que a mobilização popular teria conquistado. O casuismo institucional acabaria se transformando no programa da entidade em relação à nova carta: “... não [devemos] reconhecer nenhuma legitimidade [da Constituição] para cercear a democracia (...) [devemos] garantir a efetivação dos direitos inscritos na nova Constituição e, ao mesmo tempo, dentro e fora dos marcos institucionais, intensificar a mobilização no sentido de conquistar as reivindicações negadas pela maioria conservadora (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1988).

Portanto, em que pese todas as ambiguidades, é difícil sustentar que o Novo Sindicalismo estivesse de costas para a República. Além das questões socioeconômicas, essa base social perseguia, pelo próprio tipo de confronto que estabelecia contra o Estado, os direitos de cidadania política, em particular o direito de formar e votar na sua própria diretoria sindical. Aquilo que era construído como o grande drama da nação - a cassação do voto - era o mesmo drama vivido pelos sindicatos em seu próprio terreno. Nesse sentido, é expressivo que o primeiro item da “Plataforma Política” do *Movimento pelo PT* tenha se chamado “liberdades democráticas” e que, junto às bandeiras da liberdade de organização sindical, reivindicassem o “fim imediato das eleições indiretas”, a “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, e a “Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e Soberana” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998 [1979], pp. 58-59)³². Sua cultura de ativismo autonomista era o grande tema da refundação da República, segundo o Novo Sindicalismo.

Oliveira (2011) chegou à mesma conclusão quando confrontou as análises de Maria Hermínia Tavares de Almeida e Leôncio Martins Rodrigues que, em consonância a Vianna, consideram o Novo Sindicalismo uma variante da via americana do sindicalismo liberal radical:

Não há nenhum registro de que naquele campo de experiência em formação teria se configurado uma visão liberal, como doutrina, nos termos em que se tornou predominante no caso americano (...) o esforço principal daquela experiência em formação (não obstante suas diferenças internas) era do constituir o sindicato como um espaço de representação e participação (OLIVEIRA, op. Cit, p. 355).

Cenas do documentário “Linha de Montagem” (TAPAJÓS, 2007 [1982]), que cobriu as grandes greves de 79 e 80, ilustram como a conjuntura induzia a que a valorização desses direitos políticos (como o direito a uma “diretoria livre”) se sobrepusesse à questão salarial. Pode-se ver ali que os grandes

³²A reivindicação por uma Assembleia Nacional Constituinte “livre e soberana” também apareceu no primeiro documento pré-CUT, de 1981.

momentos de comoção coletiva são os da luta contra a destituição legal da diretoria do sindicato, da prisão e da posterior libertação de seus diretores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos derradeiros anos da ditadura militar, o contexto que amalgamava funcionalmente autoritarismo político e aviltamento das condições sociais influenciou a emergência de um movimento sindical antitético a essas duas condições, que logrou constituir um repertório de ação de dupla ênfase: por um lado, uma cidadania política inovadora (que enfatizava autonomia e auto-organização) e, por outro, uma cidadania socioeconômica com base no reforço e na extensão de proteções sociais formalmente vigentes, porém, até então frágeis e seletivamente asseguradas (sempre sujeitas ao cancelamento pelo arbítrio estatal-empresarial). A possível contradição entre o novo e a tradição era, todavia, “resolvida” pela ênfase no discurso classista, que afirmava a necessidade de que os trabalhadores assalariados (que compunham 75% da PEA urbana em 1977, cf. IBGE, 2003³³) conduzissem o país politicamente, a partir de suas organizações sindicais, movimentos sociais e partidos políticos. A novidade da classe autônoma realizaria e ultrapassaria as “falsas” (mas não indesejáveis) promessas do Estado Social Desenvolvimentista (marcado pela tríade regulatória trabalhismo-nacionalismo-desenvolvimentismo).

A preferência pela regulação efetuada diretamente pelas bases sindicais sobre (mas não “contra”) a regulação estatal foi lida por alguns intérpretes como um traço liberal. As evidências que encontramos não confirmam tal ideia. O basismo dessa vertente sindical de fato justifica a alusão a um perfil “americanista”, mas desde que se entenda por tal termo apenas um deslocamento em direção à sociedade civil como foco da regulação social da economia e não a recusa a essa. O que ganhava força era a contratação coletiva do trabalho, por ser considerada um dos principais alicerces de uma democracia participativa (em que pese todas as contradições dessa perspectiva com a da apologia do socialismo, já apontadas por Oliveira, 2011).

Voltando ao problema posto no início do artigo, referido à *sui-generis* convergência entre Novo Sindicalismo e PFL no posicionamento favorável à liberdade sindical na Constituinte, a pesquisa sugere que as razões eram substancialmente opostas. Enquanto os representantes do Novo Sindicalismo tinham aí uma frente de politização da questão sindical contra as amarras do Estado autoritário, os predecessores do DEM contribuía para reinventar a estratégia das classes dominantes no Brasil, que desde então esvaziava a grade cognitiva da luta de classes em favor de um discurso supostamente técnico sobre o Estado, pelo qual jogariam o autoritarismo e as proteções socioeconômicas coletivas na vala comum do

³³ Em 1984, o percentual chegaria a 78%, para depois cair nas décadas neoliberais.

“intervencionismo”. É preciso avaliar, em pesquisas futuras, se o Novo Sindicalismo mordeu a isca, convertendo-se apenas no inverso simétrico de seus adversários, passando a defender a ação estatal e o propalado “novo desenvolvimentismo” de forma acrítica, além de ter perdido sua visão original de classe ancorada na distinção entre aqueles que vivem de seu trabalho contra aqueles que vivem de rendas de capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise Econômica e Interesses Organizados**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 1996.

BEZERRA, Gustavo. **O jogo pós-salarial: questão social, redemocratização e capitalismo móvel no Brasil**. 2012. 294 folhas. Tese (doutorado em sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_9c025cb11ec7f64c2c7e13569ac35b3d

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora. 1997.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: Petrópolis, Editora Vozes, 4.a edição. 1998.
_____. **A Insegurança Social**. Petrópolis: Editora Vozes. 2005.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Década Neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Por um Brasil Solidário (discurso de presidencial de posse). Página eletrônica. 1999. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discpr/1999/2869.pdf>.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. Volume III. São Paulo: Difel, 1984

CATANHÊDE, Eliane. **O PFL**. São Paulo, Publifolha. 2001.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Congressos**. Página eletrônica. 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/arquivos/congressos>. Acesso em janeiro de 2018.

DIEESE. **Boletim do DIEESE**. S.L.: Ano 1, maio, 1982.

_____. **Boletim do DIEESE**. S.L.: Ano II, junho. 1983

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil**. 1992. Página eletrônica. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_08.htm. Acesso em 07/2012.

- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- GALVÃO, Andreia. **Do coletivo ao setor, do setor à empresa. A trajetória do Novo sindicalismo Metalúrgico nos anos 90**. In: RODRIGUES, Iram J. (Org.). *O Novo Sindicalismo - Vinte anos depois*. Petrópolis, Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.
- GEISEL, Ernesto. **Discursos** (vol. III). S.L.: Assessoria de Imprensa da Presidência da República. 1977.
- GIANNOTTI, Vito. NETO, Sebastião Lopes. **Cut Por Dentro e por Fora**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOMES, Angela Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, IBGE. 2003.
- MONTENEGRO, Darlan. **O Averso do Príncipe: política e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores**. 2009. 226 folhas. Tese (doutorado em ciência política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- NEGRO, Antonio Luigi. Nas origens do Novo Sindicalismo: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. IN: RODRIGUES, iram j. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho. pp. 9-31, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras. **Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- PERRUSO, Marco Antonio. **Em Busca do “Novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80**. São Paulo: Annablume. 2009.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **As Transformações da Sociedade Contemporânea e o Futuro do Sindicalismo**. In REIS VELLOSO, J.P e RODRIGUES, L.M, *O Futuro do Sindicalismo*. São Paulo: Nobel. 1992.
- RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e Política: a Trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.
- SALLUM JUNIOR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: v. 11, n. 2, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Política e História em Disputa: O 'Novo Sindicalismo' e a Ideia da Ruptura com o Passado**. In: RODRIGUES, iram j. (org.). *O Novo Sindicalismo. Vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho. pp. 9-31, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SIMÕES, Enilson. **Sem título**. In: “Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil: conferência do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: FASE-FUJB. 1995.

SILVA, Sayonara Grilo Coutinho Leopardo da; HORN, Carlos Henrique. O princípio da proteção e a regulação não-mercantil do mercado e das relações de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, s.l., n. 132, 2008, pp. 184-20.

TAPAJÓS, Renato. **Linha de Montagem**. Audiovisual. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3MuolDrapBE>

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** (3 volumes). São Paulo: Paz e Terra. 2004.

VEJA. **Sem título**. S.l. 31/05/1978. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em junho de 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

_____. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana**. Rio de Janeiro, Revan, 2006.

WEINSTEIN, Barbara. **For Social Peace in Brazil: the Industrialism and the Remaking of the Working Class in São Paulo**. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 1986.

ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL, CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROTEÇÃO SOCIAL: ANÁLISE DO ESTADO DO CEARÁ (2000 - 2015)

GOVERNMENT ACTION, ECONOMIC GROWTH AND SOCIAL PROTECTION: ANALYSIS OF CEARÁ STATE (2000 - 2015)

Márcio Kleber Morais Pessoa¹
João Bosco Feitosa dos Santos²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender o impacto da atuação governamental do estado do Ceará em relação às políticas de fomento à economia, principalmente a prática da Renúncia de receita, sobre a proteção social dos cidadãos. Para tanto, será analisada a aplicação de recursos em políticas de saúde e de educação. Os objetivos específicos são: (1) mensurar se os objetivos do Governo do Estado acerca da Renúncia de Receita e do desenvolvimento industrial foram alcançados; (2) refletir sobre a evolução dos ganhos de capital e dos ganhos de renda no estado do Ceará; (3) analisar a execução orçamentária das secretarias de educação e de saúde do governo do Estado do Ceará no período de 2006 a 2015; e (4) traçar aproximações e distanciamentos entre o conceito de “expulsões”, de Saskia Sassen, e o caso estudado. O procedimento metodológico utilizado foi predominantemente um estudo bibliográfico e documental. Alguns resultados são: apesar de os objetivos do governo terem sido alcançados com as políticas de fomento à economia, os índices apontam para relativa piora na proteção social da população cearense. A realidade estudada se aproxima genericamente do conceito de “expulsões”.

Palavras chave: Renúncia de receita. Atuação governamental. Proteção social.

Abstract

The objective of this work is to understand the impact of the state of Ceará 's governmental action in relation to the policies of promotion to the economy, mainly the practice of Revenue Waiver, on the social protection of citizens. Therefore, the application of resources in health and education policies will be

¹ Graduado em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará. É professor de Sociologia no ensino médio na rede estadual do Ceará.

² Economista, Doutor em Sociologia, professor da Universidade Estadual do Ceará no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas.

analyzed. The specific objectives are: (1) to measure whether the State Government's objectives regarding Revenue Waiver and industrial development have been achieved; (2) to reflect on the evolution of capital gains and income gains in the state of Ceará; (3) to analyze the budgetary execution of the education and health departments of the government of the State of Ceará in the period 2010-2015; and (4) to draw approximations and distances between the concept of "expulsions", by Saskia Sassen, and the case studied. The methodological procedure used was predominantly a bibliographical and documentary study. Some results are: although the government's objectives were achieved with policies to promote the economy, the indexes point to a relative worsening in the social protection of the population of Ceará. The studied reality generally comes close to the concept of "expulsions".

Keywords: Revenue Waiver. Government action. Social protection.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender o impacto da atuação governamental do estado do Ceará em relação às políticas de fomento à economia, principalmente a prática da Renúncia de receita, sobre a proteção social dos cidadãos. Isto é, as políticas econômicas implementadas pelo governo estadual estão impactando de que forma os direitos sociais? Para tanto, será analisada a aplicação de recursos em políticas sociais, prioritariamente relacionados à educação e à saúde, e outros fatores que podem implicar em (des)igualdade social e, conseqüentemente, em (des)concentração de riqueza, tais como: quantidade de empregos, renda mensal média, inflação etc. que impactam na população cearense.

O período analisado se compreende entre 2000 e 2015 (ano de aprovação da Lei Orçamentária Anual [LOA] 2016). Esse período foi escolhido por compreender o início da política de reduções e isenções fiscais ancoradas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no estado selecionado até o ano em que há dados disponíveis em quantidade satisfatória para as análises.

Os objetivos específicos são: (1) mensurar em que medida os objetivos do Governo do Estado acerca da Renúncia de Receita e do desenvolvimento industrial foram alcançados; (2) refletir sobre a evolução dos ganhos de capital e dos ganhos de renda no estado do Ceará entre 2001 e 2015; (3) analisar a execução orçamentária das secretarias de educação e de saúde do governo do Estado do Ceará no período compreendido entre 2006 e 2015; e (4) traçar aproximações e distanciamentos entre o conceito de "expulsões" (SASSEN, 2016) com o caso cearense aqui analisado.

O procedimento metodológico utilizado para efetivar a investigação foi predominantemente um estudo bibliográfico e documental (CELLARD, 2014). Destacam-se as Leis Orçamentárias Anuais, Execuções Orçamentárias, Anuários Estatísticos do Ceará, publicações

do IBGE, além de outras legislações pertinentes para o entendimento do assunto. Além disso, foi realizada revisão de literatura sobre os temas: neodesenvolvimentismo, extrafiscalidade, desigualdades sociais, que foi essencial para o diálogo com autores, orientando a argumentação acerca do caso investigado. A análise proposta visa ao exame do conteúdo e do contexto no qual os documentos foram publicados, o que indicará relações com o momento histórico, possibilitando, por exemplo, o entendimento da conjuntura econômica a qual o estado do Ceará esteve envolvido no período estudado. (*Ibidem*)

Contexto e conjuntura

O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é o principal arrecadador de receitas das Unidades da Federação. No Ceará, em 1997, o Decreto Nº 24.569 regulamentou o ICMS em suas divisas. O documento citado possui seções específicas para “isenções” e “reduções”. Assim, a partir do ano 2000, amparados pela Lei de Responsabilidade Fiscal³, governantes cearenses vêm publicando vários outros decretos a fim de reduzir impostos de mercadorias ou serviços, ou mesmo isentá-los de taxaço, implementando então a política de *extrafiscalidade*, isto é, utilizando as isenções e as reduções de impostos com o objetivo de regular a economia e influenciar nas tomadas de decisões dos agentes econômicos⁴.

Isso significa que o imposto ganha uma “função extrafiscal”, ou seja, seu objetivo deixa de ser simplesmente arrecadar, função fiscal, passando a intervir na – regular a, fomentar a, induzir a, etc. - economia. (FOLLONI, 2014; LUKIC, 2015) Dessa forma, a ideologia do Estado Liberal, que enxerga o Estado como mero expectador de uma economia autorregulada, é superada por um modelo intervencionista. (SCHOUERI, 2005 *apud* LUKIC, 2015)

O caso mais visível de *extrafiscalidade* ao conjunto da sociedade brasileira talvez tenha sido a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) de carros durante alguns anos, abrangendo o final do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) e o início do primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2014). Nesse caso – como em muitos outros – a função fiscal do tributo deixa de existir, passando apenas a exercer sua função extrafiscal. Além do caso citado, o mais conhecido, é prática comum – e “invisível” – de muitos governos estaduais, incluindo o cearense.

³ Disponível em: www.goo.gl/Q6Aku8 Acesso em: 22 nov. 2016.

⁴ A LRF permitiu que governos pudessem utilizar as reduções e isenções como forma de regular a economia.

A prática de *extrafiscalidade* no Brasil tem relação íntima com o capital nacional, beneficiando produtos locais em detrimento de mercadorias estrangeiras⁵. (FOLLONI, 2014; LUKIC, 2015) Segundo Lukic (2015, p. 198-99), “tais medidas extrafiscais representam uma tentativa de estímulo à economia e à produção nacional e têm por fim adaptar o sistema aos novos princípios de desenvolvimento e de competitividade do país”. Apesar disso, se deve destacar que a complexidade da economia global na atualidade impede que se afirme com clareza o quanto da chamada “economia nacional” é exclusivamente nacional (SASSEN, 2016). Empregos podem ser criados no Brasil, mas os lucros extraídos não necessariamente são nacionais, por exemplo.

Feita a ressalva, destaca-se que a prática da extrafiscalidade se assemelha às políticas desenvolvimentistas adotadas durante parte do século XX no país. O desenvolvimentismo visava à expansão do setor industrial nacional por meio da intervenção estatal, visto que o Estado poderia planejar de forma mais racional esse desenvolvimento do que o mercado, que é enxergado como irracional devido à sua ânsia por lucro. Ou seja: deixar essa tarefa com o mercado, oferecendo liberdade econômica, pode acarretar fracasso. Dessa forma, o Estado investiria em setores estratégicos visando ao crescimento econômico e, ainda, regularia a distribuição de riquezas, a fim de garantir o desenvolvimento social e o fomento ao mercado interno.

Tal objetivo, contudo, vem acompanhado de outras práticas que divergem do desenvolvimentismo, tais como: ações identificadas com as políticas neoliberais que visam à retirada de direitos sociais. Essas ações passaram a ser implementadas no Brasil a partir de 1990, quando o Estado passou por uma profunda reformulação a fim de minimizar sua interferência no campo econômico (VIZENTINI, 2003; LUKIC, 2015). Isto significa uma mescla das políticas desenvolvimentista e neoliberal.

Nesse sentido, a atuação do governo do estado do Ceará se aproxima das políticas *neodesenvolvimentistas*, isto é, o “desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR.; BERRINGER, 2013, p. 32). A prática da renúncia de receitas fez com que, em 2016, o governo do Ceará abrisse mão de cerca de R\$ 1 bilhão e 47 milhões, conforme consta na LOA daquele ano. Isso representa 4,3% dos R\$ 24,3 bilhões previstos para arrecadação. A justificativa oficial do governo para isso foi a “atração de investimentos” da iniciativa privada e o “crescimento do PIB”⁶.

⁵ Recentemente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) condenou essa política brasileira exatamente por interferir na concorrência internacional. Cabe recurso. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1831528-omc-considera-ilegais-programas-da-politica-industrial-brasileira-diz-jornal.shtml> Acesso em: 23 nov. 2016.

⁶ Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas no intervalo de um ano que são comercializadas no mercado formal. É importante ressaltar que o mercado informal não é medido por aquele índice.

Essa prática de renúncia fiscal é também uma estratégia de estados menos desenvolvidos para tentar crescer economicamente, conforme destaca Pinto (2012, p. 32. Grifos do autor):

A política nacional de desconcentração da economia vem sendo reforçada pelas campanhas de atração de empresas, promovidas pelos governos dos estados menos desenvolvidos. O principal instrumento utilizado tem sido a renúncia fiscal temporária (isenção de impostos durante determinado período), o que vem a configurar, em certos casos, uma verdadeira “guerra fiscal” entre estados.

Vale ressaltar que a Renúncia fiscal se soma a outra prática comum de empresários cearenses - e brasileiros em geral: a evasão fiscal. Estima-se em R\$ 500 bilhões o valor de impostos sonegados no Brasil, anualmente⁷. Segundo Pinto (2012), que colheu as opiniões de empresários da indústria e do comércio do Ceará e de Santa Catarina, “os fatores de caráter mais pragmático e estratégico (Estratégia competitiva e Estratégia de custo/benefício) são os mais significativos na explicação da propensão pela Evasão Fiscal”, ou seja, os empresários sonegam impostos, segundo eles próprios, para tornarem suas empresas mais competitivas no mercado e também para ganharem mais lucro ante à (im)possibilidade de punição do Estado.

Uma última prática que será destaca tem relação novamente com a ação governamental: na “guerra fiscal” pela instalação de empresas privadas no estado, o governo cearense lançou mão do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), em que o Estado paga para uma indústria se instalar dentro de suas divisas⁸. Esse “pagamento”, na verdade, se dá como uma forma de “devolução” do ICMS pago pela empresa, o que o diferencia das reduções e das isenções anteriormente destacadas. Entre 2010 e 2014, o governo do Ceará pagou a indústrias as seguintes quantias:

⁷ Valor referente a 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/sonegacao-de-impostos-e-sete-vezes-maior-que-a-corrupcao-9109.html> Acesso em: 21 maio 2017. Importa destacar ainda que a sonegação ocorre principalmente entre as classes médias e as proprietárias, que pagam impostos “declaratórios”, isto é, elas devem se declarar devedoras de tributos, abrindo margem para informações falsas (PINTO, 2012). Já os pobres, além de não atingirem o piso para declaração de Imposto de Renda, ainda necessitam gastar praticamente tudo o que ganham em mercadorias para sua sobrevivência, logo, pagam imposto embutido.

⁸ A Lei N° 10.367/1979, que cria o FDI, e suas alterações, em seu Art. 1º, diz o seguinte sobre o objetivo do Fundo: “promover o desenvolvimento das atividades industriais em todo Território do Estado do Ceará”.

Tabela 1 – Valores referentes ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do estado do Ceará entre 2000 e 2014.

Anos	Valores (R\$ milhões)
2000	278,9
2001	302,7
2002	370,1
2003	226,6
2004	65,5
2005	75,2
2006	96,1
2007	39,9
2008	85,1
2009	71,9
2010	67,2
2011	72,9
2012	63,9
2013	74,6
2014	259,8
Média	143

Fonte: Diário Oficial do Estado do Ceará de 2001 a 2015.

Como se pode perceber, o governo do estado do Ceará distribuiu em média R\$ 143 milhões para empresas cearenses no período analisado, valor bastante significativo. Vale chamar a atenção para o ano de 2014, quando o valor mais que triplicou em relação aos anos anteriores da gestão

Cid Gomes (2007-14). Dito isso, destaca-se que o objetivo deste texto tem relação apenas com as ações governamentais (renúncia de receita e fundo de desenvolvimento), conforme ficou claro na exposição realizada na seção introdutória. Desse modo, não será analisada a evasão fiscal, visto se tratar de um crime de empresários que, muitas vezes, conta com a omissão dos governantes para ocorrer, pois é de conhecimento notório as práticas de evasão fiscal e os significativos montantes que deixam de ser arrecadados ano após ano.

Extrafiscalidade, crescimento econômico e (des)igualdade social

No período analisado neste artigo, a renúncia de receita praticada pelo governo do estado do Ceará incidiu apenas sobre o ICMS. Isso tem um impacto singular, visto que o ICMS é o principal imposto arrecadador do governo, representando mais de 50% de sua Receita Corrente Líquida (RCL)⁹. Esse dado é importante porque com a diminuição da RCL, há a consequente diminuição do fundo para pagamento de pessoal, por exemplo, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites aos orçamentos estaduais e municipais se baseando exatamente naquela receita¹⁰, ou seja, é por meio da RCL que o governo cumpre com suas obrigações pecuniárias junto aos servidores públicos.

Em 2016, por exemplo, o governo do estado não concedeu reajuste a nenhuma categoria de servidores públicos¹¹ exatamente por estar próximo ao Limite Prudencial estabelecido pela LRF¹². Contudo, esse limite pode ser manipulado artificialmente. A renúncia de receita implementada pelo governo cearense é uma forma de mudar isso.

⁹ Outras fontes são: Imposto de Renda de Pessoa Física e Fundo de Participação dos Estados.

¹⁰ Cf. Art. 19 da LRF.

¹¹ Algumas categorias receberam reajuste apenas em gratificações e bem abaixo da inflação.

¹² O gasto com pessoal não deve exceder os 60% da Receita Corrente Líquida, segundo a LRF. O Limite Prudencial é a marca de 57%, ou seja, dezenove vigésimos do limite de 60%.

Tabela 02 – Receita Corrente Líquida do governo do estado do Ceará 2016 com e sem renúncia de receita

RCL 2016 com renúncia de receita (em R\$ milhões)	RCL 2016 mais o valor da renúncia de receita (em R\$ milhões)¹³
R\$ 16.506	R\$ 17. 553

Fonte: LOA 2016

Como o Limite Prudencial¹⁴ estabelecido pela LRF é de 57% da Receita Corrente Líquida, esse limite poderia ser diferente, caso o governo não abrisse mão de mais de R\$ 1 bilhão. Com isso, o Limite Prudencial do orçamento do governo do Ceará em 2016 foi de aproximadamente R\$ 9,4 bilhões. Caso o governo não tivesse lançado mão da renúncia de receita, esse limite aumentaria para cerca de R\$ 10 bilhões; incremento de R\$ 600 milhões. Dessa forma, a renúncia de receita contribuiu para impedir o reajuste salarial e de benefícios para cerca de 165 mil servidores (ativos e inativos) e pensionistas do estado¹⁵. Como se pode perceber, a política de isenção fiscal impactou negativamente para 165 mil trabalhadores e suas famílias, cerca de meio milhão de pessoas.

Todavia, a análise dos dados selecionados indica um quadro bastante complexo da realidade cearense. Inicialmente, destaca-se que o Produto Interno Bruto cearense vem de fato crescendo nos anos analisados, a saber:

Tabela 03 – PIB cearense em anos de referência

Ano	2001	2006	2011	2015	2019¹⁶
PIB (em R\$ milhão)	21.581	46.303	87.982	129.056	169.564

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2001 (Síntese), 2006 e 2014. Anuário Estatístico do Ceará 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Anexo II – Anexo de metas fiscais)

¹³ Essa é a soma simples dos dados. Não há qualquer previsão econômica constante no resultado.

¹⁴ Ao atingir o limite prudencial, o governo fica impossibilitado de: conceder reajuste salarial, criar cargos, alterar estrutura de carreiras que implique em aumento de despesa, contratação de pessoal e contratação de horas extras. Cf. Art. 22 da LRF.

¹⁵ Dados de 2014. Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2015.

¹⁶ Previsão ante uma renúncia fiscal de R\$ 1,2 bilhão.

Em quinze anos, entre 2001 e 2015, houve um espantoso aumento de 600% no PIB estadual¹⁷; saltando para quase 800%, se for considerada a previsão para 2019. Esses dados apontam para o sucesso parcial da política de renúncia fiscal do governo cearense, visto que um de seus objetivos é o “crescimento do PIB”.

Ademais, o número de empresas industriais ativas também teve um crescimento extraordinário: passando de 11.238 (onze mil duzentas e trinta e oito) para 35.573 (trinta e cinco mil quinhentas e setenta e três) entre 2001 e 2014, um aumento de 316%. No mesmo período, o número de estabelecimentos comerciais saltou de 83.092 (oitenta e três mil e noventa e dois) para 154.770 (cento e cinquenta e quatro mil e setecentos e setenta), 86% a mais. Com isso, o segundo objetivo da política de renúncia fiscal parece ter sido alcançado: “atração de investimento” da iniciativa privada.

Tabela 04 – Crescimento de empresas industriais e estabelecimentos comerciais no Ceará entre 2001 e 2014.

	2001	2014	Crescimento relativo
Empresas industriais	11.238	35.573	316%
Estabelecimentos comerciais	83.092	154.770	86%

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2015.

Mas o que isso significa para a população? Como o crescimento do PIB e os investimentos privados afetam a vida dos cearenses? Descobrir isso é bem mais complexo. Já foi exposta a situação negativa dos funcionários públicos em 2016¹⁸. Contudo, a seguir, serão feitas análises que visam à compreensão da repercussão dessas políticas na vida dos indivíduos.

Inicialmente, destaca-se a minimização do Estado na sociedade. O crescimento espantoso do PIB somado com a ausência de novas taxações mais a renúncia fiscal fizeram com que a arrecadação do Estado diminuísse proporcionalmente ao montante de riquezas produzidas, a saber:

¹⁷ No mesmo período, o PIB nacional cresceu cerca de 448%, o que indica que o crescimento econômico cearense foi bem acima da média brasileira.

¹⁸ A LOA 2017 não previu, novamente, reajuste aos servidores estaduais.

Tabela 05 - Relação entre o PIB do Ceará e as Receitas totais do governo 2001, 2006, 2011 e 2015

	2001	2006	2011	2015
PIB (em R\$ milhão)	21.581	46.303	87.982	129.056
Receitas totais do governo (em R\$ milhão)	5.149	9.229	16.943	23.605
Relação PIB / Receitas totais	23,8	19,9	19,2	18,3

Fonte: Lei Orçamentário Anual 2001 (Síntese), 2006, 2014 e 2015. Anuário Estatístico do Ceará 2013. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Anexo II – Anexo de metas fiscais)

Como se pode perceber, o PIB estadual vem crescendo numa proporção maior do que as receitas do governo, que caiu de 23,8% para 18,3%, o que significa retração do Estado em relação aos entes privados. Todavia, isso não necessariamente significa algo negativo: haver mais dinheiro circulando entre os entes privados pode significar maior distribuição de renda, o que será analisado adiante. Em contrapartida, uma maior receita do governo pode significar a garantia de mais e melhores direitos básicos para a população com a oferta de um Estado de Bem-Estar Social ou pelo menos uma aproximação disso. Dessa forma, será discutido a seguir a (des)concentração de renda e a oferta de direitos básicos (saúde e educação) em relação à população cearense.

Primeiramente, ao se analisar a tabela a seguir, o número de pessoas ocupadas no Ceará entre 2001 e 2015 cresceu. Foi um crescimento de 9,5%, cerca de 316 mil postos de trabalho a mais. Entretanto, ao relacionar esse dado com o crescimento de Pessoas em Idade Ativa (PIA), há um decréscimo na quantidade relativa de pessoas ocupadas, a saber: em 2001, 56% da PIA estava ocupada. Em 2015, apenas 52,3% estava na mesma condição¹⁹. Isto significa que, apesar das políticas de fomento econômico implementadas pelo governo cearense, o número de ocupações não acompanhou o ritmo da demanda de empregos no estado, aumentando o número relativo e absoluto de pessoas não ocupadas no período analisado. Isso diverge do espantoso crescimento das bases industrial e comercial apresentados, refletidos no PIB estadual.

¹⁹ Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

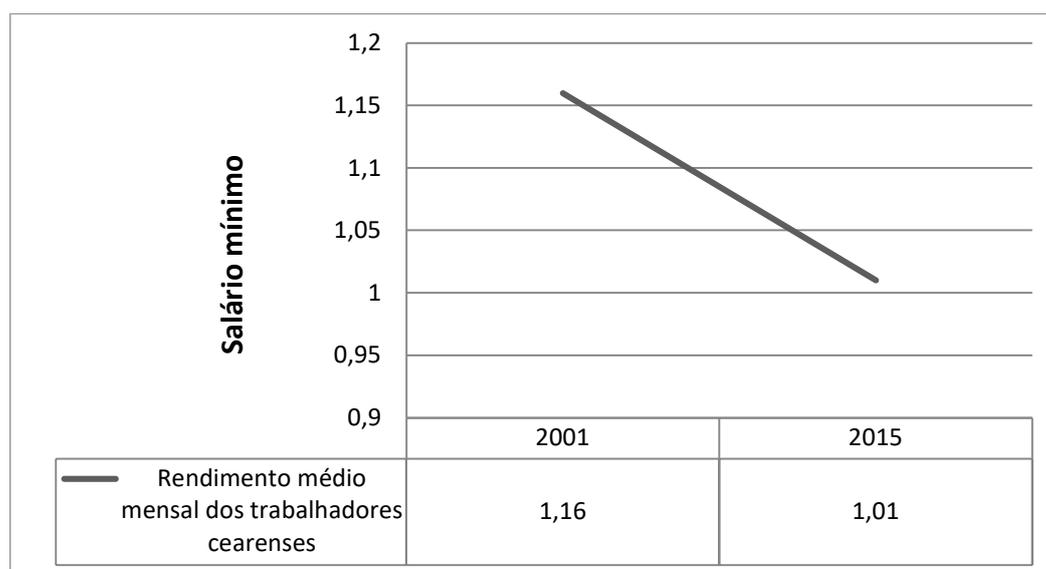
Tabela 06 - Relação entre Pessoas em idade Ativa (PIA) e população ocupada no Ceará nos anos de 2001 e 2015.

	2001	2015 (aumento absoluto)
Pessoas em Idade Ativa (em milhares de pessoas)	5.935	6.959 (+ 1.024)
População ocupada (em milhares de pessoas)	3.325	3.641 (+ 316)
Pessoas ocupadas/ PIA	56%	52,3%

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

Ademais, há outra relação importante a ser apresentada: o PIB do estado cresceu significativamente, conforme exposto. Como isso impactou nos salários dos trabalhadores? O que se quer saber é: como se comportou a renda no estado do Ceará? Segundo Piketty (2014, p. 24), “a renda consiste em dois componentes: os rendimentos derivados do trabalho [...] e a renda do capital [...]”, isto é, simplificando, a renda é a soma dos salários dos trabalhadores e dos lucros dos capitalistas.

Gráfico 01 – Evolução do rendimento médio mensal de Pessoas em Idade Ativa no Ceará entre 2001 e 2015²⁰.



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

²⁰ Dados relativos às Pessoas Economicamente Ativas acompanham a tendência de queda acentuada.

Neste sentido, entre 2001 e 2015, conforme pode ser observado no Gráfico 01, o rendimento médio mensal dos trabalhadores cearenses caiu de 1,16 para 1,01 salário mínimo. Vale ressaltar que 100% das ocupações criadas entre 2001 e 2015, aqueles 316 mil postos apresentados anteriormente, estão classificadas com renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos, empregos de baixa remuneração, que cresceram em cerca de 515 mil postos no período analisado²¹.

Tabela 07 - Comparação entre o rendimento mensal de pessoas ocupadas no Ceará nos anos de 2001 e 2015. ²²

Relação entre anos de referência →	2001 (em milhares de pessoas / proporção)	2015 (em milhares de pessoas / proporção)	Relação entre números absolutos 2015/2001 (%)
Rendimento mensal (em salário mínimo) ↓			
Até $\frac{1}{2}$	699 / 21,3%	559 / 15,6%	- 20,1
De $\frac{1}{2}$ a 1	802 / 24,4%	1.117 / 31,2%	+ 39,2
De 1 a 2	649 / 19,7%	989 / 27,6%	+ 52,4
De 2 a 3	197 / 6%	204 / 5,7%	+ 3,5
De 3 a 5	152 / 4,6%	164 / 4,6%	+ 7,9
De 5 a 10	97 / 2,9%	91 / 2,5%	- 6,2
De 10 a 20	50 / 1,5%	31 / 0,9%	- 38
Mais de 20	19 / 0,6%	6 / 0,2%	- 68,4
Sem rendimento	621 / 18,9%	423 / 11,8%	- 31,9

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

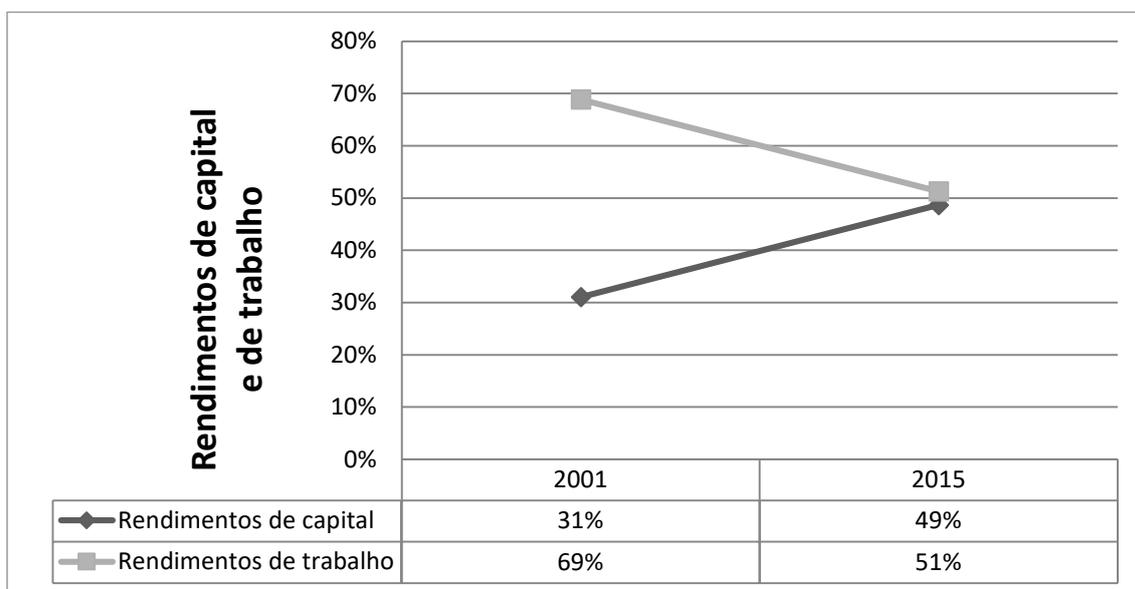
Como se pode perceber, apesar da redução no contingente de pessoas que recebiam até meio salário e daquelas sem rendimento, houve incremento significativo apenas nas faixas salariais entre meio e dois salários. Isso contribui para explicar porque, em 2001, os salários dos trabalhadores representavam 68,9% do PIB estadual, enquanto, em 2015, representavam apenas

²¹ Ou seja: houve uma redução geral dos salários no estado, visto que ocupações que, em 2001, pagavam mais de dois salários, em 2015, pagavam até dois salários.

²² A tabela suprime o quantitativo de pessoas ocupadas que não declararam de rendimento. Nessa categoria há 34.282 pessoas, em 2001, e 57.988, em 2015. Esses valores não foram considerados para o cálculo da proporção de cada categoria em relação ao total de pessoas ocupadas em cada ano de referência.

51,3%²³. Houve significativa redução dos rendimentos derivados do trabalho em um período de 15 anos, o que indica maior concentração de riqueza entre as classes que vivem da renda do capital, dos lucros.

Gráfico 02 – Evolução dos rendimentos de capital e de trabalho no Ceará entre 2001 e 2015.



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

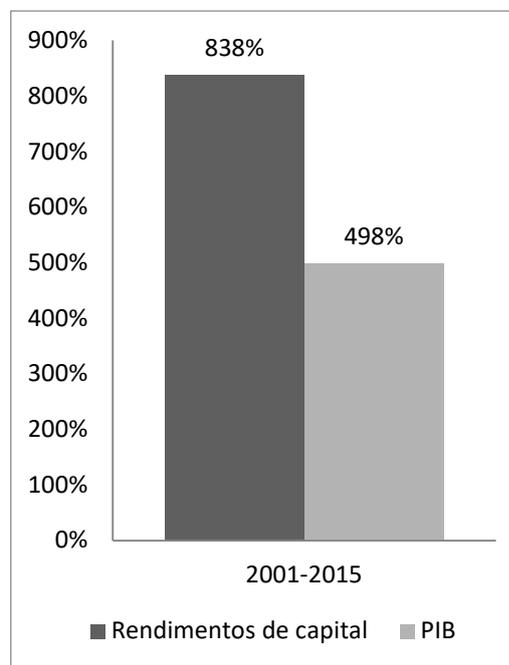
Em parte, isso ocorre porque a isenção fiscal não significou a queda de preços ao consumidor; pelo contrário, a inflação medida pelo IBGE na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) está entre as mais altas do país nos últimos anos. Entre 2001 e 2011, por exemplo, a inflação acumulada na RMF é maior do que a média do Brasil²⁴. Isso significa que o fato constatado anteriormente - de que há mais dinheiro com entes privados - não se traduziu em maior distribuição de renda, e, sim, em concentração, pois as isenções/ reduções não foram repassadas aos consumidores nem foram transformadas em novos empregos de forma proporcional, nem em maior rendimento para os trabalhadores, tornando-se, principalmente, lucro.

²³ Base do cálculo: rendimento médio mensal de Pessoa em Idade Ativa multiplicado por doze. O resultado multiplicado pelo número total de Pessoa em Idade Ativa. Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

²⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

Nesse sentido, entre 2001 e 2015, a taxa de renda do capital cresceu mais do que a taxa de crescimento econômico: 838% e 498%, respectivamente. Isso é o que Piketty (2014, p. 31 *et seq.*) chama de “desigualdade fundamental”. Quando isso ocorre constantemente, “há um risco alto de divergência na distribuição de renda” (*Ibidem*, p. 32), ou seja, há grande probabilidade de concentração de riqueza. Isso influi diretamente na importância da herança, desequilibrando a sociedade por longo período de tempo, caso não sejam tomadas medidas. Piketty compreende que, em geral, os países estão voltando a

Gráfico 03 – Evolução dos rendimentos de capital e do PIB cearenses entre 2001 e 2015



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003 e 2016.

se tornar desiguais assim como ocorreu no final do século XIX e início do século XX, quando a desigualdade chegou a níveis jamais vistos pela humanidade. Obviamente, que o autor se refere principalmente aos países centrais do capitalismo, visto que, no Brasil, a desigualdade econômica sempre foi uma “lei de ferro”.

A desigualdade naqueles países só começou a decair quando os Estados nacionais passaram a intervir diretamente na sociedade, ofertando os chamados direitos de cidadania. Esses direitos só puderam ser ofertados graças à expansão dos tributos e, conseqüentemente, dos fundos públicos:

De posse de maiores somas de recursos orçamentários, coube aos fundos públicos sustentar a expansão dos gastos nas áreas sociais como educação, saúde, transporte, habitação, assistência e previdência. Dessa forma foi possível garantir praticamente à totalidade da população trabalhadora uma elevação considerável do padrão de vida, assistida pela universalização de equipamentos e serviços públicos como educação e saúde (POCHMANN, 2015, p. 30)

O autor trata especificamente dos países onde existiu Estado de Bem-Estar. Nesse sentido, uma forma de diminuir desigualdades é por meio da oferta de direitos básicos a todos os cidadãos, políticas de equidade²⁵.

No Brasil, a redistribuição não funciona com a mesma lógica de países ocidentais. Em 2004, os 10% mais ricos do país absorviam 75% da riqueza contabilizada. Ademais, nunca houve por aqui um Estado de Bem-estar como o concebido naqueles países no pós-guerra. O pouco conquistado pelas classes subalternas não adveio de movimentos revolucionários como os experimentados por aqueles países, adveio de manifestações reivindicatórias principalmente ligadas a sindicatos pré-regulação varguista, mas sempre massacradas pelas forças conservadoras. (POCHMANN, 2015) Vale ressaltar também a importante atuação do Governo Vargas em relação aos direitos sociais, que, apesar de terem sido em geral outorgados em seu governo ditatorial, traduziram as manifestações recorrentes desde o início do século passado. Todavia, conforme destaca José Murilo de Carvalho (2016), a atuação em política social daquele governo excluiu vários trabalhadores, tais como: autônomos, domésticos e rurais²⁶; “tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito. Se fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira” (*Ibidem*, p. 118-9).

Pochmann (2015, p. 37) destaca ainda que “sem a difusão geral e qualitativa de um mínimo material e social, como educação, saúde, cultura, entre outros bens públicos, não seria suficiente – ainda que necessária – a busca pela menor desigualdade econômica definida pela diferença nos rendimentos”. Essa afirmação converge com análise apresentada por Barbosa (2012, p. 42-3): a renda média real do trabalhador industrial brasileiro cresceu entre 2003 e 2010²⁷. Contudo, sua produtividade cresceu em ritmo mais acelerado desde o início do século até 2010. Isso significa que os mecanismos de extração de Mais-valia operavam para expandir a desigualdade no Brasil.

Esse cenário está levando à criação de gigantescas e poderosas corporações privadas. Conforme destacou Pochmann (2015, p. 52-3), ao se hierarquizar orçamentos públicos de Estados-nação e receitas privadas de corporações transnacionais, em 2013, o resultado é surpreendente: entre os 86 estratos iniciais, apenas 23 são ocupados por Estados-nação, enquanto 63 são

²⁵ Em complemento às colocações de Pochmann neste texto, Piketty (2014, p. 467) diz que “a redistribuição moderna é construída em torno de uma lógica de direitos e um princípio de igualdade de acesso a certo número de bens julgados fundamentais”.

²⁶ Esses trabalhadores foram aos poucos sendo incluídos no rol dos direitos sociais. (CARVALHO, 2016)

²⁷ Entre 2004 e 2010, “nove em cada dez postos de trabalho criados no setor formal têm remuneração inferior a três salários mínimos” (BARBOSA, 2012). Como se viu acima, no Ceará, 100% dos postos de empregos formais criados no período analisado se incluem na faixa salarial de até dois salários mínimos.

corporações privadas. O 11º estrato já é ocupado por uma corporação. Ainda segundo Pochmann (2015, p. 54-5),

o poder privado da corporação transnacional não impacta somente no padrão monopolizado de competição intercapitalista mundial, como atua nos orçamentos públicos [...] O estado nacional sofre, assim, influências crescentes do poder privado, favorecendo o redirecionamento de parte significativa das políticas públicas a seu favor[, e conclui:] Dessa forma, o comprometimento dos orçamentos públicos com grandes corporações transnacionais esvazia políticas de apoio ao desenvolvimento, bem como o enfrentamento da desigualdade inter e intra Estados nacionais.

Essa influência perniciosa parece ser o caso da política de renúncia de receita e de desenvolvimento industrial do estado do Ceará aqui analisadas. Vale relembrar que o Brasil deu preferência às empresas nacionais. Todavia, no contexto da complexidade global atual com corporações formadas por Sociedade Anônima (SA), grandes fluxos de dinheiro saindo e entrando de fronteiras nacionais a cada instante devido às novas tecnologias etc., é difícil afirmar com exatidão o que é nacional e o que não o é. Dito isso, serão analisados a seguir dados acerca da aplicação de recursos públicos em políticas sociais no Ceará.

(Des)Igualdade social no Ceará: do crescimento econômico à (des)proteção social

Neste tópico, será analisada a aplicação de recursos por parte do governo estadual do Ceará em saúde e educação, duas das principais políticas sociais ofertadas pelos estados modernos, a fim de se refletir sobre a dinâmica na oferta desses direitos aos cearenses nos últimos anos. Essas análises serão permeadas por diálogos com Sassen e Wacquant. Primeiramente, serão analisadas as execuções orçamentárias da pasta de saúde:

Tabela 08 – Previsão e Execução Orçamentária da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará entre 2006 e 2015²⁸.

Ano	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Previsão²⁹									
(R\$ milhares)	1.076	1.478	2.091	2.025	2.314	2.689	3.032	2.955	17.660
Executado³⁰									
(R\$ milhares)	851	1.019	1.556	1.667	1.956	2.262	2.767	2.722	14.800
Porcentagem Executada									
	79,1	69	74,4	82,3	84,5	84,1	91,2	92,1	83,8

Fonte: Execução Orçamentária do Estado do Ceará dos anos de referência.

Como se pode perceber, em nenhum dos anos analisados o poder executivo estadual gastou 100% do que estava previsto para a secretaria de saúde. A média dos seis anos, 83,8%, é muito baixa se for considerada a situação precária da saúde pública estadual, que há anos vive em estado de calamidade com pacientes espalhados por corredores e sendo atendidos de forma precária nos hospitais públicos do estado³¹. Esse cenário de flagelo está forçando muitos cearenses a migrar para planos de saúde privados como uma forma de evitar vivenciar aquelas situações. No primeiro semestre de 2017, por exemplo, o número de adesões a planos de saúde está em queda no Brasil, mas continua crescendo no Ceará³². Isso certamente não está ocorrendo porque o rendimento dos

²⁸ Não foram encontrados dados anteriores a 2006.

²⁹ Previsão na LOA mais crédito suplementar (quando existir). Valor não corrigido pela inflação.

³⁰ Valor empenhado. Valor não corrigido pela inflação.

³¹ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/corredores-lotados-e-surto-evidenciam-cao-na-saude-1.1288110> Acesso em: 28 nov. 2016.

³² Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/15-4-mil-pessoas-aderem-a-plano-de-saude-no-ce-1.1651801> Acesso em: 23 maio 2017. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/02/planos-de-saude-ganham-mais-de-4-mil-clientes-no-ce.html> Acesso em: 23 maio 2017.

trabalhadores está crescendo, conforme já discutido. Ademais, isso está transformando a noção de saúde como direito, passando a ser enxergada como mercadoria; além de ter enorme impacto sobre os orçamentos familiares já tão depreciados. Ademais, a situação da saúde se agrava e se torna mais urgente para os indivíduos com a apresentação de outro dado: em 2015, apenas 52% dos domicílios cearenses possuíam esgotamento sanitário adequado, bem abaixo da média nacional, que passou de 80% naquele ano, segundo dados do IPECE (2016).

Outro direito social que sofreu o mesmo problema de redução de investimentos foi a educação. Novamente, em nenhum ano analisado o governo executou o previsto³³:

Tabela 09 – Previsão e Execução Orçamentária da Secretaria de Educação do Estado do Ceará entre 2006 e 2015³⁴.

Ano	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Previsão³⁵									
(R\$ milhares)	1.641	1.843	2.937	2.873	2.981	2.310	2.510	2.422	19.517
Executado³⁶									
(R\$ milhares)	1.475	1.693	2.421	2.591	1.969	2.111	2.263	2.182	16.705
Porcentagem Executada									
	89,9	91,9	82,4	90,2	66,1	91,4	90,2	90,1	85,6

Fonte: Execução Orçamentária do Estado do Ceará dos anos de referência.

³³ O gasto com educação no Ceará é dividido: uma parte dos gastos é executada pelo governo estadual e outra parte, pelo governo federal por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Isso ocorre quando os 25% dos orçamentos estaduais que devem ser obrigatoriamente destinados à educação não atingem o “valor médio ponderado por aluno”, sendo complementado por aquele Fundo.

³⁴ Não foram encontrados dados anteriores a 2006.

³⁵ Previsão na LOA mais crédito suplementar (quando existir). Valor não corrigido pela inflação.

³⁶ Valor empenhado. Valor não corrigido pela inflação.

Vale ressaltar que tanto no caso da educação quanto no da saúde o governo estadual gastou o percentual mínimo constitucionalmente previsto. Contudo, as execuções foram bem abaixo do inicialmente previsto e divulgado na mídia como propaganda. Em 2011, por exemplo, durante uma greve dos professores da rede estadual, o governo se utilizou da porcentagem de gasto com educação sobrevalorizada como argumento na disputa com a categoria grevista:

O Governo do Estado reafirma seu forte compromisso com a Educação pública de qualidade, demonstrado na prática também pelo aumento expressivo da parcela do Orçamento Estadual dedicada ao setor, que hoje é de 29,55% de tudo o que o Governo arrecada com os impostos dos contribuintes.³⁷

De fato, o governo não chegou a gastar a porcentagem divulgada, gastando cerca de R\$ 200 milhões a menos. Um dos possíveis efeitos disso é a queda brusca no número de matrículas na rede estadual, a saber:

Tabela 10 – Matrículas na Educação Básica na rede estadual do Ceará³⁸.

Ano	2002	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Matrículas absolutas (x 1000)	725	734	522	521	503	486	462	432
Matrículas relativas (%)	100	101	72	72	69,4	67	63,7	59,6

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica (MEC/ INEP) nos anos de referência.

Como se pode perceber, o número de matrículas vem despencando intensamente no período analisado. 293 mil matrículas foram encerradas, 40% do total. Todavia, esse número acompanha, em parte, a evolução etária da população cearense entre 5 e 19 anos, que foi reduzida no mesmo período em 270 mil pessoas. Apesar disso, um outro dado indica a situação da educação escolar cearense com mais clareza:

³⁷ Disponível em: www.goo.gl/PCT0kn Acesso em: 30 nov. 2016.

³⁸ Incluindo todos os níveis de ensino constantes nos documentos: creche, pré-escola, classes de alfabetização, infantil, fundamental, classes de aceleração, médio, profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Tabela – População de 0 a 19 anos e matrículas em todas as esferas administrativas na educação básica no Ceará (2002 - 2015)³⁹

Ano	População de 0 a 19 anos (x 1000)	Matrículas em todas as esferas administrativas (x 1000)
2002	3.309	2.950
2015	2.784	1.820
2015/2002	- 525	- 1.130

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica 2002 e 2015 e Anuário Estatístico do Ceará 2016.

Como se pode perceber, a redução da população de 0 a 19 anos⁴⁰ – alvo principal das políticas educacionais – foi menos da metade do total de matrículas encerradas no Ceará no período analisado. Isso, somado com os dados apresentados anteriormente sobre trabalho, está impactando diretamente em outro fenômeno preocupante na sociedade cearense: o aumento do número de jovens que nem estudam e nem trabalham. No Ceará, esse número oscilou bastante entre 2005 e 2014, tendo crescimento vertiginoso de mais de 15% em 2015. Neste ano, 27,6% dos jovens entre 15 e 29 anos estava naquela situação, segundo dados do IPECE (2016).

No mesmo sentido, e ainda com dados do IPECE (2016), a taxa de analfabetismo no Ceará entre pessoas com 15 anos ou mais, que vinha caindo desde 2005, passou a oscilar a partir de 2011, e cresceu mais de 6% em 2015, atingindo o total de 17,3% da população, mais que o dobro da média nacional. Também em 2015, o número de analfabetos funcionais⁴¹ cresceu no estado, passando de 26,4% para 27,1%. Já o número médio de anos de estudo entre os cearenses com 25 anos ou mais, que estava em ascensão desde 2005, estacionou entre 2013 e 2015 em 6,4 anos. Esses dados indicam que o cenário destacado anteriormente de queda no investimento na área educacional está afetando diretamente no perfil da população em relação aos estudos formais, com relativa piora nos dados estruturais do setor.

Como se pode perceber, o Estado vem abrindo mão de recursos nos últimos anos em favor dos empresários, principalmente industriais, por meio da Renúncia de receita e também do Fundo

³⁹ Os dados de 2001 da Sinopse Estatística da Educação Básica não estão organizados da mesma forma que os documentos dos anos seguintes.

⁴⁰ Importa destacar que a população cearense de 20 ou mais teve aumento no período em todas as categorias, sem exceções.

⁴¹ Analfabeto funcional é qualquer pessoa com 15 anos ou mais que tenha menos de quatro anos de estudo.

de Desenvolvimento Industrial (FDI). A ausência desses recursos está impactando diretamente a distribuição de renda e de direitos entre os ditos cidadãos. Isso significa que o crescimento vertiginoso do PIB cearense, isto é, o crescimento da produção de riquezas, não resultou em distribuição dessa riqueza; pelo contrário, está levando a um cenário degradante para a população do Ceará.

Importa frisar também que a responsabilidade pelo que vem ocorrendo não é exclusivamente do governo do estado do Ceará. De fato, o governo de um estado pouco desenvolvido do Nordeste brasileiro não teria muitas chances em se desvencilhar de uma rede maior e mais poderosa que se tornou a economia global. Apesar de o governo cearense estar atuando - frise-se - em favor desse modelo exploratório global, ele é apenas mais uma peça na grande engrenagem que é hoje a economia global. Conforme destacou Pinto (2012), há uma “guerra fiscal” em curso no Brasil, logo, entre os estados menos desenvolvidos, aquele que oferecer as condições mais favoráveis aos grandes empresários - e, geralmente, menos favoráveis aos seus cidadãos - provavelmente ganhará o *status* de estado-sede de uma grande empresa (multi)nacional. Para um governo eleito e temporário que precisa “mostrar serviço” em quatro anos para que possa pleitear sua reeleição, isso pode fazer a diferença. Não à toa, o FDI alcançou seu teto na gestão Cid Gomes em 2014, ano de eleição estadual⁴², conforme exposto na Tabela 01.

Faz também parte dessa rede maior o governo federal, deputados e senadores, grandes corporações capitalistas etc. Ademais, um cidadão, isoladamente, pode contribuir para essa engrenagem, visto que uma das principais características da economia global é sua complexidade, como destaca Sassen (2016). O simples fato de um trabalhador de renda baixa ou média poder guardar um pouco do que lhe sobra no final do mês em sua poupança no banco ou investir em algum plano financeiro como, por exemplo, o Tesouro Direto⁴³, já é o suficiente para a engrenagem da complexa economia global continuar rodando, pois aquela quantia em dinheiro deixará de existir como moeda e passará a flutuar mundo afora podendo tornar-se qualquer tipo de ação que gere mais lucro, podendo servir, por exemplo, como empréstimo de um banco ou outra instituição financeira global a uma grande corporação (multi)nacional que usará seu poder e dinheiro (aquele proveniente do trabalhador do exemplo) para realizar *lobby* no Congresso Nacional, a fim de diluir

⁴² Investigações da Operação Lava-Jato indicam inclusive que o montante gasto em 2014 pela FDI tem relação com subornos do governo em troca de doações para aquela campanha eleitoral. Todavia, as investigações continuam em curso, não havendo prazo para julgamentos. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-revelam-esquema-de-propina-em-troca-de-creditos-tributarios-21404518> Acesso em: 28 maio 2017.

⁴³ “O Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido em parceria com a BMF&F Bovespa para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, por meio da internet. [...] esse Programa surgiu com o objetivo de democratizar o acesso aos títulos públicos, ao permitir aplicações com apenas R\$ 30,00”. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto> Acesso em: 23 maio 2017.

os direitos trabalhistas, ou expandir a terceirização, ou desregular os direitos previdenciários no Brasil. Isso é o que Sassen (2016, p. 22. Grifo da autora) chama de “formações predatórias”, a saber: “estamos assistindo à constituição não tanto de elites predatórias, mas de *formações* predatórias, uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda”. E continua: “essas capacidades sistêmicas são uma combinação variável de inovações técnicas, de mercado e finanças, mais a permissão governamental” (SASSEN, 2016, p. 23).

Isso acarreta o que a autora chama de “expulsões”, que não têm relação somente com deslocamento espacial, como a palavra pode levar a entender, essas expulsões podem ser “de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento à sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal” (SASSEN, 2016, p. 39). Certamente, no caso brasileiro e, principalmente, cearense, não se pode falar em contrato social e democracia liberal sem se utilizar aspas – ou mesmo, não se pode falar. Apesar disso, é possível analisar a situação cearense a partir da generalização do conceito destacado, visto que, ao se analisar os dados anteriores, percebe-se que as condições de vida de uma parte significativa da população cearense estão ruindo na mesma intensidade com que riquezas são geradas – e concentradas - e com que o governo abre mão de seus fundos públicos em prol de um crescimento econômico desregulamentado, gerando “expulsões” de pessoas do Sistema Único de Saúde, da escola básica, de empregos melhor remunerados etc. Isso pode ser traduzido como a tensão entre instrumentos complexos e resultados brutalmente elementares (SASSEN, 2016, p. 260). Como destaca Wacquant (2005, p. 191): “Opulência e indigência, luxo e penúria, profusão e míngua floresceram lado a lado[, desde os anos 1970]”, e conclui: “Os dois tipos de fenômenos, apesar de aparentemente contraditórios, estão na realidade ligados”, essa parece ser a contribuição das novas formações capitalistas.

No Ceará, especificamente, o nível de desigualdade social aponta para seu aumento. Além dos dados analisados neste texto, destaca-se a redução do IDH cearense entre 2000 e 2010, anos de realização do Censo pelo IBGE, passando de 0,699 para 0,682⁴⁴, o que indica piora. No sentido contrário, o Índice de Gini do estado teve acentuada queda, o que indica melhora, entre 2001 e 2015, passando de 0,610 para 0,491⁴⁵.

⁴⁴ Índice de Desenvolvimento Humano. Fonte: Anuário Estatístico do Ceará 2013.

⁴⁵ Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Vale ressaltar que o Índice de Gini, assim como qualquer outro índice que busque medir a desigualdade, possui suas limitações por tentar expor uma realidade multidimensional em um dado unidimensional. (Cf. PIKETTY, 2014) Ademais, geralmente o Índice de Gini compara apenas a renda média dos 20% mais ricos com a dos 20% mais pobres. Em um país extremamente desigual como o Brasil, essa metodologia não necessariamente é a mais acertada, visto que entre os 20% mais ricos constam pessoas que ganham rendimentos relativamente baixos provenientes do trabalho (juntamente com o centésimo mais rico que provavelmente vive da renda do capital), contribuindo para baixar a renda média desse grupo, gerando distorções.

Dessa forma, os índices apontam sentidos inversos em relação à condição de vida da população cearense nesse início de século. Apesar disso, há crescente desproteção social nos últimos anos. Todavia, a medição da desigualdade social por meio de índices é sempre complexa porque, como diz Piketty (2014, p. 264), “o modo como se procura medir a desigualdade jamais é neutro”. Isto é, os índices não mostram, por exemplo, redução dos salários médios entre 2001 e 2015 e a alta inflação da RMF, conforme apresentados anteriormente. Também não detalham a execução deficiente do orçamento estadual nas áreas de saúde e educação. No mesmo sentido, escreve Sassen (2016, p. 54) ao abordar o relativo crescimento do PIB da Grécia durante a crise econômica: “é uma medida de crescimento que existe em paralelo à crescente pobreza, ao desemprego, aos sem-teto, à fome, à distribuição de alimentos por organizações de caridade, às taxas de suicídio entre os donos de pequenos negócios falidos e muito mais”. Sassen se questiona se esse “crescimento” apontado pelas medições tradicionais não é proposital, a fim de deixar esquecidas todas as mazelas sociais que os órgãos oficiais não têm interesse em mostrar, as “expulsões”.

Considerações finais

A conjuntura econômica atual do Brasil está certamente transformando suas bases sociais. Os direitos sociais conquistados principalmente pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e pela promulgação da Constituição de 1988 estão em xeque nesse momento histórico devido às várias reformas que estão sendo pretendidas ou votadas aceleradamente no Congresso Nacional. No Ceará pré-impeachment, os dados aqui analisados apontam piora na proteção social dos cidadãos e consequente aumento da desigualdade social, o que se reflete nos dados macrossociais analisados.

Dito isso, serão comentados a seguir os resultados relacionados aos objetivos deste texto: pode se compreender que as políticas de renúncia de receita e de desenvolvimento industrial no Ceará têm sido negativas para a proteção social realizada pelo Estado, especificamente nas áreas de saúde e de educação. Apesar de exitosa em relação ao crescimento do PIB e à atração de investimentos privados, as isenções fiscais não conseguiram expandir o número de ocupações na mesma proporção, nem conseguiram criar postos de trabalho bem remunerados, havendo queda na renda média do trabalhador cearense (e aumento da renda proveniente do capital, dos lucros). Isso sem contar a efetivação deficiente nos orçamentos das pastas de saúde e de educação, entre 2006 e 2015. Esse conjunto de fatores levou a maior concentração de renda, havendo largo crescimento nos ganhos de capital no Ceará, entre 2001 e 2015.

A soma da deficiente efetivação dos direitos sociais, da queda na renda dos trabalhadores e da alta inflação acumulada desenharam a conjuntura atual do estado do Ceará, acarretando “expulsões”; em parte, resultado de decisões políticas do Estado. Nesse sentido, finaliza-se este texto com uma afirmação-chave de Wacquant (*Ibidem*, p. 195): “Estados fazem diferença – isto é, quando assumem a tarefa de proteção”. Todavia, o Estado cearense faz a diferença, mas a proteção oferecida pelo ele nem sempre é social e nem sempre é para quem de fato precisa dela.

Referências

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.). **O Brasil real**: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In: **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, nº 47: 31-38 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2002**. Brasília. 2003.

_____. Ministério da Educação. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CEARÁ. **Relatório de Gestão da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social 2015/2016**. Fortaleza, 2016.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará 2002/2003**. Fortaleza, 2004.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará 2013**. Fortaleza, 2014.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará 2015**. Fortaleza, 2016.

_____. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará 2016**. Fortaleza, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FOLLONI, André. Isonomia na tributação extrafiscal. In: **Revista Direito GV**. São Paulo, n. 10(1), p. 201-220, jan-jun 2014.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **Síntese dos indicadores sociais do Ceará 2016**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE. Dezembro de 2016.

LUKIC, Melina de R. S. Extrafiscalidade e regulação da economia: as mudanças tributárias nos governos Lula e Dilma. In: **Sequência**. n. 71, p. 197-220, dez. 2015.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Francisco Roberto. **Evasão fiscal como estratégia**: percepções de empresários brasileiros. Fortaleza: EdUECE, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016.

VIZENTINI, Paulo G. F.. A política externa brasileira em transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: MARTINS, Estevão C. de R. (Org.). **Relações internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: Funag/Ibri, 2003.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.